

MESA DIRETORA

FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA
1ª VICE-PRESIDENTE

GERSON CHAGAS
2º VICE-PRESIDENTE

FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA
3º VICE-PRESIDENTE

JALSER RENIER PADILHA
1º SECRETÁRIO

REMÍDIO MONAI MONTESSE
2º SECRETÁRIO

ERCI DE MORAES
CORREGEDOR GERAL

MARCELO CABRAL
3º SECRETÁRIO

NALDO DA LOTERIA
4º SECRETÁRIO

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Deputado Zé Reinaldo
Deputado Flamarion Portela
Deputado Jalsler Renier
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Chicão da Silveira
Deputado Coronel Chagas
Deputado Brito Bezerra

Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos

Deputado Jean Frank
Deputado Soldado Sampaio
Deputado Coronel Chagas
Deputado Dhiego Coelho
Deputado Remídio Monai

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Deputado Joaquim Ruiz
Deputado Marcelo Natanael
Deputado Remídio Monai
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Zé Reinaldo

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Deputado Brito Bezerra
Deputado Marcelo Natanael
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Flamarion Portela
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Ionilson Sampaio
Deputado Zé Reinaldo

Comissão de Defesa do Consumidor

Deputado Rodrigo Jucá
Deputado Coronel Chagas
Deputado Jânio Xingú
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Soldado Sampaio

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural

Deputado Gabriel Picanço
Deputado Erci de Moraes
Deputado Naldo da Loteria
Deputada Ângela Águia Portella
Deputado Brito Bezerra
Deputado Marcelo Cabral

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Deputado Jânio Xingú
Deputado Dhiego Coelho
Deputado Jalsler Renier
Deputado Soldado Sampaio
Deputado Erci de Moraes
Deputado Coronel Chagas

Comissão de Ética Parlamentar

Deputado Marcelo Natanael
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Ionilson Sampaio
Deputada Ângela Águia Portella
Deputado Joaquim Ruiz
Suplentes:
1º - Deputado George Melo
2º - Deputado Rodrigo Jucá

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Deputado Mecias de Jesus
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Erci de Moraes
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Chicão da Silveira

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra
Deputado Jalsler Renier
Deputado George Melo
Deputado Jean Frank
Deputado Rodrigo Jucá

Comissão de Viação, Transportes e Obras

Deputado Flamarion Portela
Deputado Remídio Monai
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Naldo da Loteria
Deputado Marcelo Natanael
Deputada Ângela Águia Portella

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Deputada Ângela Águia Portella
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Jânio Xingú
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Dhiego Coelho

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Deputado Soldado Sampaio
Deputado Marcelo Cabral
Deputado George Melo
Deputado Erci de Moraes
Deputado Flamarion Portela

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL

Deputado Dhiego Coelho
Deputado Rodrigo Jucá
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Naldo da Loteria
Deputado Remídio Monai

Atos Administrativos

Resoluções de Afastamentos nº 185 a 191/2014 02

Atos Legislativos

Proposta de Emenda Constitucional nº 004/2014 03

Projeto de Lei nº 019/2014 03

Resolução da Mesa Diretora nº 015/2014 03

Ata da 2295ª Sessão Ordinária - Sucinta 03

Ata da 2296ª Sessão Ordinária - Sucinta 04

Termo de Não-Realização da 2295ª Sessão Ordinária 05

Ata da 2292ª Sessão Ordinária - Íntegra 05

Atas de Reuniões da Comissão Especial Externa e Interna

- Resolução nº 013/14 e Resoluções nº 01 e 004/2014 12

SUMÁRIO

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

 Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR
 Telefone: (95) 3623-6665

 NIURA CARDOSO DE SOUZA
 Gerente de Documentação Geral

 CHRISTIAN DELLA PACE FERREIRA
 Diagramação

EXPEDIENTE

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de segunda a sexta-feira até às 15:30h

É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

MATERIAS E PUBLICAÇÕES

ATOS ADMINISTRATIVOS
RESOLUÇÕES DE AFASTAMENTOS
RESOLUÇÃO Nº 185/2014

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE

 AUTORIZAR o afastamento do Excelentíssimo Senhor Deputado **JOSÉ REINALDO PEREIRA DA SILVA**, para viajar com destino a cidade de Manaus-AM, no período de 09.04 a 18.04.2014, com a finalidade de tratar de assuntos inerentes às suas atividades parlamentar, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 09 de abril de 2014

 Deputada **FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA**
 Presidenta em Exercício

 Deputado **REMÍDIO MONAI MONTESSI**

2º Secretário

 Deputado **MARCELO MOTA DE MACEDO**

3º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 186/2014

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE

 AUTORIZAR o afastamento dos servidores **JOÃO DE CARVALHO, Matrícula 000077 e KAREN SHEILA ROCHA SILVA, Matrícula 009935** para viajarem com destino ao município de Iracema, nos dias 16 e 17.04.2014, com a finalidade de prestarem assessoramento técnico à Câmara Municipal visando a alteração da

Lei Orgânica daquele município, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 10 de abril de 2014

 Deputada **FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA**

Presidenta em Exercício

 Deputado **REMÍDIO MONAI MONTESSI**

2º Secretário

 Deputado **MARCELO MOTA DE MACEDO**

3º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 187/2014

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE

 AUTORIZAR o afastamento do servidor **EDNALDO SOARES DE MENDONÇA, Matrícula 011971** para viajar com destino a cidade de Manaus-AM, no período de 23.04 a 02.05.2014, com a finalidade de realizar atividades inerentes às suas atribuições funcionais, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 10 de abril de 2014

 Deputada **FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA**

Presidenta em Exercício

 Deputado **REMÍDIO MONAI MONTESSI**

2º Secretário

 Deputado **MARCELO MOTA DE MACEDO**

3º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 188/2014

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE

 AUTORIZAR o afastamento do servidor **ROBERT GIL RODRIGUES ALMEIDA, Matrícula 000020** para viajar com destino aos municípios de São Luiz do Anauá e São João da Baliza, no período de 22.04 a 01.05.2014, com a finalidade de prestar suporte técnico junto às Escolas dos municípios supracitados, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 10 de abril de 2014

 Deputada **FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA**

Presidenta em Exercício

 Deputado **REMÍDIO MONAI MONTESSI**

2º Secretário

 Deputado **MARCELO MOTA DE MACEDO**

3º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 189/2014

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE

 AUTORIZAR o afastamento do servidor **GILMAR ARAÚJO DE SOUZA, Matrícula 000135** para viajar com destino a cidade de São Paulo-SP, no período de 23.04 a 02.05.2014, com a finalidade de participar de treinamento junto ao Setor de Gestão de Documentos da Assembleia Legislativa daquele Estado, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 10 de abril de 2014

 Deputada **FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA**

Presidenta em Exercício

 Deputado **REMÍDIO MONAI MONTESSI**

2º Secretário

 Deputado **MARCELO MOTA DE MACEDO**

3º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 190/2014

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE

 AUTORIZAR o afastamento das servidoras **KÁTIA SIMONE SOUZA DA CUNHA FERREIRA, Matrícula 015065 e LUCIMEIRE BATISTA DOS SANTOS, Matrícula 008933** para viajarem com destino a cidade de Belém-PA, no período de 23.04 a 02.05.2014, com a finalidade de participarem de treinamento junto ao Setor Administrativo da Assembleia Legislativa daquele Estado, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 10 de abril de 2014

 Deputada **FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA**

Presidenta em Exercício

Deputado **REMÍDIO MONAI MONTESSI**
 2º Secretário
 Deputado **MARCELO MOTA DE MACEDO**
 3º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 191/2014

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento dos servidores **ELENILTON CARVALHO MACHADO**, Matrícula 011947, **HISRAUFRE EMILIANO DA COSTA**, Matrícula 012368, **SÔNIA LÚCIA NUNES PINTO**, Matrícula 014600 e **GLEICIANE COSTA DE WERK WURZLER**, Matrícula 011006 para viajarem com destino ao município de Caracará, no dia 11.04.2014, com a finalidade de prestarem suporte ao ciclo de palestras e atendimentos que será realizado na Câmara Municipal daquele município pelo CHAME, a serviço, porém, sem ônus para este Poder.

Palácio Antônio Martins, 10 de abril de 2014

Deputada **FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA**
 Presidenta em Exercício

Deputado **REMÍDIO MONAI MONTESSI**
 2º Secretário

Deputado **MARCELO MOTA DE MACEDO**
 3º Secretário

ATOS LEGISLATIVOS

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 004, DE 09 DE ABRIL DE 2014.

“Acresce o dispositivo mencionado ao ato das disposições transitórias à Constituição do Estado de Roraima.”

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA faz saber que o plenário aprovou e ela, nos termos do art. 39, § 3º da Constituição Estadual, promulga a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O ato das disposições constitucionais transitórias passa a vigorar com acrescido do art. 10-C e art. 10-D, com a seguinte redação:

Art. 10-C. Aos servidores estaduais, que integram os quadros da Polícia Civil do Estado de Roraima, no âmbito da Secretaria de Segurança Pública e Secretaria de Justiça e Cidadania, que prestaram serviço no ano de 1993 até 1º de agosto de 2004, fica assegurado à volta ao trabalho, mediante pedido formulado ao Chefe do Poder Executivo, devidamente acompanhado dos documentos que comprovem tais requisitos. Os ditos servidores irão compor Quadro em Extinção. (AC)

Art. 10-D. Ao aderir o benefício de que trata o art. 10-C, o requerente renuncia de qualquer vantagem financeira que eventualmente possa ter direito, passando o Estado de Roraima responder pelos seus vencimentos a partir da data do seu retorno ao efetivo exercício de suas funções. (AC)

Art. 2º Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação, e concede o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, para que o interessado no benefício formule o seu pleito.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Assembléia Legislativa de Roraima, 09 de Abril de 2014.

JÂNIO XINGU

Deputado Estadual

PROJETO DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 019/2014

“Fixa o índice de revisão geral anual, preceituada no art. 37, X, da CF/88, exercício 2014, para as remunerações, proventos e pensões dos servidores, ativos, inativos e pensionistas da Defensoria Pública do estado de Roraima.”

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decretou e eu sanciono

a presente,

LEI

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA, em Boa Vista/RR,, de de 2014

JOSÉ DE ANCHIETA JÚNIOR

Governador do Estado

Obs. Projeto de Lei encaminhado através do Ofício/DGP nº 130/2014, da Defensoria Pública do Estado de Roraima, em 03 de abril de 2014.

RESOLUÇÃO DA MESA

RESOLUÇÃO Nº 015/2014

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 23, VI, “j”, c/c art. 30, art. 33 e art. 34, todos do Regimento Interno deste Poder, resolve:

Art. 1º Fica o **Deputado Rodrigo Jucá – PMDB**, designado, em razão da vacância, para compor as seguintes Comissões Permanentes:

- I – Defesa do Consumidor;
- II – Indústria, Comércio e Turismo;
- III - Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL;
- IV – Ética Parlamentar como 2º Suplente.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 07 de abril de 2014.

Dep. **AURELINA MEDEIROS**

1ª Vice-Presidente

Dep. **REMÍDIO NONAI**

2º Secretário

Dep. **NALDO DA LOTERIA**

4º Secretário

ATAS PLENÁRIAS - SUCINTAS

ATA DA SEGUNDA MILÉSIMA DUCENTÉSIMA NONAGÉSIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO QUADRAGÉSIMO SÉTIMO PERÍODO LEGISLATIVO DA SEXTA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA.

Às nove horas do dia oito de abril de dois mil e quatorze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima ducentésima nonagésima quinta Sessão Ordinária do quadragésimo sétimo período Legislativo da sexta Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, o Senhor Presidente em exercício, Deputado **Chicão da Silveira**, declarou aberta a Sessão, convidando o Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** para atuar como segundo Secretário *ad hoc*, solicitando-lhe proceder à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi lida e aprovada na íntegra. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Primeiro Secretário, Deputado, **Coronel Chagas**, proceder à leitura do Expediente. **RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:** Memorando nº18/14, de 02/04/14, do Deputado Francisco Assis da Silveira, justificando sua ausência na sessão plenária do dia 01/04 do corrente ano. Requerimento s/nº /14, de 01/04/14, do Deputado José Reinaldo, requerendo a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 016/14. Projeto de Lei s/nº /14, de 31/03/14, do **Deputado Gabriel Picanço**, dá nova redação a dispositivos normativo da Lei nº 664/08 que dispõe sobre o Sistema de Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal de passageiros do Estado de Roraima e dá outras providências. **RECEBIDO DO PODER EXECUTIVO:** Ofício nº 702/14, de 01/04/14, da Casa Civil, informando que a Lei Complementar nº223, que dispõe sobre alterações na Lei Complementar nº55, de 31/12/01, na Lei Complementar nº131, de 08/04/08, nos dispositivos que menciona, e dá outras providências, foi republicada no Diário Oficial nº 2245, de 26/03/14. Mensagem Governamental nº 023/14, de 04/03/14, do Governador do Estado de Roraima, encaminha à apreciação dessa Augusta Casa Legislativa, o nome da senhora Viviane Gomes Lima, indicada para exercer o cargo de Diretora Executiva de Planejamento, Administrativo e Finanças, da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado de Roraima-ARESD/RR. Mensagem Governamental nº024/14, de 07/04/14, do Governador do Estado de Roraima, encaminha à consideração dessa Casa Legislativa, o Projeto de Lei que “Dispõe sobre a desafetação e autorização de alienação em hasta pública dos bens mencionados”. Ofício nº020/14, de 07/04/14, do Governador do Estado de Roraima, solicitando a restituição ao Poder Executivo dos Projetos Substitutivos abaixo especificados, para readequações técnicas por parte deste governo estadual. Ofício nº 021/14, de 07/04/14, do Governador do Estado de Roraima, solicitando colaboração, para que seja autorizado ao Governador do Estado de Roraima atribuição para editar Leis Delegadas que

versam sobre reestruturação e racionalização da estrutura do Poder Executivo, no âmbito da Administração Direta e Indireta, com poderes limitados.

EXTERNOS: Ofício nº 093/14, de 01/04/14, do Tribunal de Contas de Roraima, encaminhando o Relatório Anual de Atividades de 2013, deste Tribunal. Ofício nº 0201/14, de 17/03/14, do Tribunal de Contas da União, informando do acórdão 568/2014-TCU, encaminhando cópia do referido acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam. Carta nº 02/14, de 02/04/14, da União dos Empreendedores de Roraima – UNIRR, comunicando integral anuência da entidade ao requerimento apresentado pela Ordem dos advogados do Brasil, relativo à solicitação de Audiência Pública para debate do Projeto de Lei Substitutivo nº 009/2014. Ofício nº 011/14, de 02/04/14, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Roraima – FAERR, requerendo a realização de Audiência Pública para discussão do Projeto de Lei Substitutivo nº 009 de 18/02/14. Comunicado nº AL000084/14, do Ministério da Educação, informando a liberação de recursos financeiros destinados a Secretaria de Educação. Carta nº 006/14, de 02/04/14, da Comissão de Negociação dos Engenheiros e Técnicos da Área Tecnológica do Estado de Roraima (CONEPAT/RR), solicitando uma reunião com os Deputados, para que possam esclarecer e atualizar tudo sobre seu movimento de greve. Ofício nº 130/14, de 03/04/14, da Defensoria Pública do Estado de Roraima, encaminhando o Projeto de Lei que fixa o índice de Revisão Geral Anual. Ofício nº 040127/14, de 26/03/14, da Caixa Econômica Federal, solicitando dessa conceituada Assembléia informações quanto à vigência regular da Lei 715/09, de 22/05/09.

GRANDE EXPEDIENTE: O Senhor Deputado **George Melo** iniciou dando conhecimento da carta de renúncia ao cargo de líder do governo nesta Casa, por questão de coerência e lealdade ao ex-governador José de Anchieta, que renunciou para se candidatar ao cargo de Senador. Após, manifestou satisfação em ter exercido a função de líder e desejou ao atual Governador sucesso e sabedoria para exercer a função de Chefe de Estado. Finalizou, agradecendo aos Pares pelo apoio incondicional enquanto esteve na liderança e adiantou que apoiará o ex-governador nas próximas eleições, trabalhando para transformá-lo em Senador do Estado. O Senhor Deputado **Brito Bezerra** iniciou, afirmando ser necessária a oposição, pois fortalece a democracia, traz equilíbrio e fortalece as ações de Governo. Continuando, informou que fez oposição, mas sempre atuou de forma coerente e responsável, apontando os erros e reconhecendo os acertos, com a única finalidade de defender os direitos do povo de Roraima. Segundo o Senhor Parlamentar, a oposição cumpriu uma das funções essenciais que é apresentar denúncias, as quais teriam evitado um estado endividado, se tivessem sido tomadas as devidas providências. Acrescentou que continuará na oposição, mas respeita a opinião de Parlamentares que consideram agora haver um novo Governo, o qual apoiarão. Finalizou, desejando um caminho de sucesso aos colegas que vão fazer parte da base governista para que ajudem o Governo do Estado a atender as necessidades latentes do povo roraimense em todos os segmentos, desde a administração pública até a indústria e o comércio. O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** – iniciou reportando-se ao cerceamento que a TV Roraima lhe negou quando da justificativa do seu voto na PEC dos seguranças, destacando que não se faz mídia dessa forma. Prosseguindo lembrou que votou com consciência pela aprovação dos seguranças para o Governador, ressaltando que a democracia neste Estado, algumas vezes foi feita com sangue, lembrando o ocorrido com então Prefeito Silvio Leite que teve sua vida ceifada. Segundo o Senhor Parlamentar, se na ocasião o prefeito tivesse mais seguranças, talvez não tivesse acontecido tal fato. Lembrou ainda o fato ocorrido com um ex-governador, que chegou preso no Estado, e na ocasião, muitas pessoas que exerceram cargos comissionados na sua gestão, foram até o local recebê-lo com agressões, destacando se naquele momento não tivesse sido montado um esquema de segurança, talvez o ex-governador e sua família tivessem sofrido muito mais. Continuando, informou que após dois anos, o então ex-governador, voltou como um dos maiores líderes políticos do Estado, e que na ocasião, o mesmo, como Prefeito do Município de Iracema, ofereceu um jantar para mais de seiscentas pessoas para receber aquele que, em sua opinião, foi um dos maiores governadores do Estado, ratificando que naquele momento difícil o ex-governador precisou ter seguranças para manter a sua integridade e de sua família. Ao continuar, reportou-se ao Senhor Deputado Flamarion Portela, quando teve o seu mandato de governador cassado, lembrando que ele, juntamente com sua família, passou por igual situação, razão pela qual, solicitou ao Deputado Flamarion refletir sobre esse fato para o futuro. Continuou, destacando a escolha do novo secretariado do Senhor Governador Chico Rodrigues, lembrando que mesmo ele tendo dado entrada na Casa com o pedido de autorização para emissão de Lei Delegada, disse que acredita em sua administração, pois entende que ele fará um governo com a cara do povo. Finalizou dizendo que estará juntamente com os demais Parlamentares dando apoio a este governo, cujo objetivo é transformar Roraima em um Estado melhor. O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** iniciou manifestando

indignação com as afirmações proferidas pelo ex-Secretário de Estado de Agricultura, Berinho Bantin, onde o mesmo teria afirmado que o parlamentar teria dúvidas da honestidade dos Técnicos Agrícolas, levantado a hipótese de que estes também teriam vendido e desviado insumos e calcário destinados à agricultura familiar. Como também, teria dito que o Deputado, à frente da Comissão de Agricultura do Poder Legislativo, nunca o teria convidado a prestar esclarecimentos sobre o assunto. Prosseguindo, o Senhor Parlamentar negou as acusações, as quais não seriam de sua índole e apresentou documentos que comprovam os inúmeros convites ao ex-Secretário para que viesse a este Poder dar esclarecimentos sobre aquela pasta. Finalizou, expressando descontentamento com a Mesa Diretora, que não tomou providências quanto ao descaso do ex-Secretário para com este Poder e destacou que, por motivos como esse, não fará mais ofício solicitando informação a nenhuma autoridade, pois quer evitar a desmoralização do Parlamento. O Senhor Deputado **Flamarion Portela** cumprimentou os funcionários do Tribunal de Contas do Estado presentes nesta Casa. Em seguida, comentou a notícia, veiculada no jornal, sobre o Governo de Roraima estar de cara nova. Lembrou que o Governador Chico Rodrigues pertence ao grupo do ex-governador Anchieta Júnior, portanto, não haveria cara nova, mas vontade de mudar aquilo que vinha sendo conduzido. Prosseguindo, manifestou surpresa e preocupação com a possibilidade de uma Lei Delegada, pois jamais imaginou que o Governador, com forte experiência no parlamento, enviasse a esta Casa uma lei como essa, que elimina todas as prerrogativas do Poder Legislativo, o que não se concebe em uma democracia. Continuando, referindo-se ao pronunciamento do Senhor Deputado Brito Bezerra, disse fazer parte do processo democrático à migração de alguns Deputados para a base governista com a mudança de Governador. No entanto, disse que irá continuar na oposição, defendendo os interesses do povo de Roraima. Finalizou, dizendo não acreditar que a lei delegada tenha sido iniciativa do Governador Chico Rodrigues, pois um homem com tantos anos de parlamento não subtrairia a atribuição do Legislativo Estadual e, se porventura acontecer, melhor seria fechar as portas deste Poder, pois perderá sua finalidade. O Senhor Presidente convidou os Senhores Deputados para participarem de um ciclo de palestras “Eleições 2014”, que será realizado nesta Casa a partir de uma iniciativa deste Poder juntamente com o Tribunal Regional Eleitoral, que será levado a todos os Municípios do Estado.

ORDEM DO DIA: O Senhor Presidente anunciou para a pauta da Ordem do Dia: discussão e votação do Projeto de Lei nº 008/14, que dispõe sobre a revisão geral dos vencimentos dos servidores públicos ativos do Tribunal de Contas do Estado de Roraima e dá outras providências, de autoria do Tribunal de Contas de Roraima e, Requerimento nº 036/14, de autoria do Deputado Soldado Sampaio, requerendo a transformação da Sessão Plenária do dia 16 de abril em Comissão Geral, momento em que esta Casa Legislativa estará discutindo os efeitos do Golpe Militar de 1964, com a presença de representantes da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, seccional Roraima, representantes da Igreja Católica e de partidos políticos. Não havendo quórum para deliberação, o Senhor Presidente transferiu a pauta da Ordem do Dia para a próxima Sessão.

EXPLICAÇÕES PESSOAIS: Não havendo nenhum Deputado que queira usar o expediente de Explicações Pessoais, e não havendo mais nada a tratar o Senhor Presidente declarou encerrada a Sessão, convocando outra para o dia 09 de abril, à hora regimental. Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Ângela Portela, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Chicão da Silveira, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, George Melo, Jânio Xingú, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Naldo da Loteria, Soldado Sampaio e Zé Reinaldo.**

Aprovada em: 09/04/2014

ATA DA SEGUNDA MILÉSIMA DUCENTÉSIMA NONAGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO QUADRAGÉSIMO SÉTIMO PERÍODO LEGISLATIVO DA SEXTA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA.

Às nove horas do dia nove de abril de dois mil e quatorze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima ducentésima nonagésima sexta Sessão Ordinária do quadragésimo sétimo período Legislativo da sexta Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, o Senhor Presidente em exercício, Deputado **Coronel Chagas**, declarou aberta a Sessão, convidando o Senhor Deputado **Gabriel Picanço** para atuar como Primeiro Secretário *ad hoc*. Continuando, solicitou ao Segundo Secretário Deputado **Remídio Monai** proceder à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi lida e aprovada na íntegra. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura do Expediente.

RECEBIDOS DOS DEPUTADOS: Requerimento s/nº /14, de 08/04/14, da Comissão Especial Externa, criada por meio da Resolução nº 07/13 alterada pela Resolução nº 015/13, requerendo prorrogação de prazo por igual período desta Comissão Especial. Ofício nº 012/14, de 07/04/14,

do Deputado Jean Frank, justificando sua ausência na sessão plenária do dia 02/04/14. Ofício nº 07/14, de 08/04/14, do Deputado Marcelo Cabral, justificando sua ausência na sessão plenária do dia 09/04/14. **EXTERNOS:** Ofício nº 05/14, de 07/04/14, da Ordem dos Advogados do Brasil, comunicando a criação da Comissão Especial de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiências na OAB/RR. **GRANDE EXPEDIENTE:** O Senhor Deputado **Rodrigo Jucá**, primeiramente, expressou satisfação em retornar a esta Casa. Continuando, agradeceu a Prefeita Tereza Surity e ao Governador Chico Rodrigues, que, juntamente com esta Casa, representam a harmonia que se busca entre as três esferas de poder no Estado de Roraima, numa convivência baseada no respeito mútuo e no livre diálogo em prol dos diferentes interesses da população. Prosseguindo, fez um relato de sua gestão frente à Secretaria de Educação Municipal, destacando que teve a oportunidade de realizar um importante trabalho e confia que a prefeitura continuará com o mesmo compromisso na elaboração e implementação de projetos. De acordo com o Senhor Deputado, um de seus primeiros passos foi lutar por uma educação mais democrática e de qualidade, buscando a implementação do programa “Saber Igual”, que permitiu aos alunos de Boa Vista, terem acesso a escolas de mesmo padrão, garantindo qualidade de ensino a todos os bairros ou regiões. Após, informou que na sua gestão foi implantada integralmente a Lei do Piso Nacional dos Professores, regulamentou o pagamento das progressões e promoções funcionais, investiu na capacitação dos profissionais, incentivando a formação contínua, ofereceu novas ferramentas de ensino, como a aquisição de dois mil notebooks que estão sendo entregues aos professores estatutários. Prosseguindo, informou que foi ampliado em quatro vezes o número de vagas ofertadas para crianças de 02 a 03 anos, além de propiciar as matrículas através do programa “Vaga Garantida”. Outro ponto destacado pelo parlamentar foi o repasse de verba direta para as escolas, favorecendo uma gestão mais eficiente e participativa da educação. Continuando, reportou-se à merenda escolar, destacando que hoje as escolas oferecem uma alimentação mais completa e equilibrada, com um cardápio que evoluiu de 300 para 800 calorias diárias. Destacou ainda que o material didático foi entregue na hora certa, antes do início das aulas. Finalizou, informando que continuará lutando pela educação, agora com experiência engrandecida e lembrou de sua luta para que os royalties do petróleo sejam revertidos para a educação, de forma a ampliar e melhorar o acesso à qualidade de ensino em todas as instâncias, reduzindo as desigualdades. Disse ter certeza de que todos os seus pares também acreditam que, juntos, e com a ajuda de Deus, podem contribuir para uma educação de qualidade, que forme cidadãos e mude a vida das pessoas. O Senhor Deputado **Jânio Xingú** iniciou dando boas vindas ao Senhor Deputado Rodrigo Jucá, ressaltando o importante trabalho realizado deste enquanto gestor da Secretaria Municipal de Educação. Em seguida, reportou-se às atividades do atual governo, dizendo estar satisfeito com as medidas tomadas pelo Senhor Governador. Continuando, informou que o governo anunciou a venda da frota de aviões e do Conjunto dos Executivos, sugerindo que também sejam vendidos o MAFIR e vários prédios que estão abandonados, tanto em Boa Vista como no interior do Estado. De acordo com o Senhor Parlamentar, os recursos adquiridos com essas vendas poderão ser aplicados nas áreas da educação, saúde e setor de pessoal. Prosseguindo, ressaltou que esta Casa, atendendo a solicitação do Executivo, priorizou com aumento salarial algumas classes, esquecendo mais de oito mil pais de famílias que não ganham nem um salário mínimo. Após, informou que o governo contratou uma empresa para fazer avaliação do sistema de pessoal do Estado, uma vez que mais de 30% dos servidores não tem função. Segundo o Senhor Parlamentar, o Estado de Minas Gerais, através da Assembleia Legislativa, enquadrou 93 mil servidores da Secretaria de Educação que estavam no quadro de extinção. Esta Casa, no entanto, aprova salários de mais de vinte mil reais para algumas classes e permite que outras ganhem menos de um salário mínimo. Finalizou, informando que apresentou uma PEC, a fim de valorizar a classe dos menos prestigiados que foram esquecidos por este Estado. **ORDEM DO DIA:** O Senhor Presidente anunciou para a pauta da Ordem do Dia: discussão e votação em turno único: do Projeto de Lei nº 08/14, que dispõe sobre a revisão geral dos vencimentos dos servidores públicos ativos do Tribunal de Contas do Estado de Roraima e dá outras providências, de autoria do Tribunal de Contas de Roraima; Proposta de Moção de Aplauso nº 011/14, aos ex-Policiais Civis do Estado de Roraima pela prestação de relevantes serviços na área de segurança pública nos anos de 1988 até 2004, como Polícia Judiciária do Estado, de autoria do Deputado Janio Xingú; Moção de Pesar nº 012/14 aos familiares da Senhora Rosa Marinho da Silva Soares; Requerimento nº 036/14, de autoria do Deputado Soldado Sampaio, requerendo a transformação da Sessão Plenária do dia 16 de abril em Comissão Geral, momento em que esta Casa Legislativa estará discutindo os efeitos do Golpe Militar de 1964, com a presença de representantes da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, seccional Roraima, representantes da Igreja Católica e de partidos políticos; Requerimento nº 040/14 de

prorrogação de prazo por igual período da Comissão Especial destinada nos termos do Ato Normativo nº 01/12 e Requerimento nº 015/12, que tem a finalidade de emitir parecer ao Relatório das atividades do exercício anterior e planos de metas para o exercício seguinte da Companhia de Águas e Esgotos de Roraima-CAER. Em seguida, o Senhor Presidente suspendeu a Sessão pelo tempo necessário para que as Comissões em conjunto pudessem analisar e emitir Parecer as matérias. Após o tempo necessário, a Senhora Presidente Deputada Aurelina Medeiros reabriu a Sessão solicitando ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura do Projeto de Lei nº 08/14. Colocado em discussão e votação, a matéria foi aprovada por unanimidade. Dando continuidade, a Senhora Presidente solicitou ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura de Moção de Aplauso nº 011/14. Colocada em discussão e votação a Moção foi aprovada por unanimidade. Em seguida, a Senhora Presidente solicitou ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura de Moção de Pesar nº 012/14. Colocada em discussão e votação a Moção foi aprovada por unanimidade. Dando continuidade, a Senhora Presidente colocou em discussão e votação o Requerimento nº 040/14. Colocado em discussão e votação, sendo aprovado. Continuando, a Senhora Presidente solicitou ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura do Requerimento nº 036/14. Colocado em discussão e votação, o Requerimento foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes. Em seguida, deu conhecimento da Resolução nº 015/14, que designa o Deputado Rodrigo Jucá para compor as Comissões Permanentes: de Defesa do Consumidor; Indústria, Comércio e Turismo; Ciências e Tecnologia; Relações Fronteiriça e Mercosul e, da Comissão de Ética Parlamentar. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS:** O Senhor Deputado **Zé Reinaldo** parabenizou esta Casa pela aprovação do Projeto de Lei 08/14, reconhecendo os direitos dos servidores do Tribunal de Contas do Estado. E, não havendo mais nada a tratar, a Senhora Presidente declarou encerrada a Sessão, convocando outra para o dia 10 de abril, à hora regimental. Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Ângela Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Chicão da Silveira, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Gabriel Picanço, Ionilso Sampaio, Jânio Xingú, Jean Frank, Joaquim Ruiz, Marcelo Natanael, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Rodrigo Jucá, Soldado Sampaio e Zé Reinaldo.**

Aprovada em: 10/04/2014

TERMO DE NÃO REALIZAÇÃO DA SEGUNDA MILÉSIMA DUCENTÉSIMA NONAGÉSIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO QUADRAGÉSIMO SÉTIMO PERÍODO LEGISLATIVO DA SEXTA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA.

Às nove horas do dia três de abril de dois mil e quatorze, no Plenário desta Casa Legislativa, deixou de ser realizada a milésima ducentésima nonagésima quinta Sessão Ordinária. A Senhora Presidente em exercício, Deputada **Aurelina Medeiros**, convidou o Senhor Deputado **Gabriel Picanço**, para atuar como Primeiro Secretário *ad hoc*, solicitando-lhe proceder à verificação de quorum, o qual foi informada não haver quorum regimental para o início dos trabalhos. Em seguida, suspendeu a abertura da Sessão pelo prazo de quinze minutos. Após o tempo estipulado, a Senhora Presidente em exercício, Deputada **Aurelina Medeiros** solicitou ao Senhor Primeiro Secretário, nova verificação de quorum. E não havendo quorum regimental, a Senhora Presidente suspendeu a abertura da Sessão. Encontravam-se presentes em Plenário os Senhores Deputados: **Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Erci de Moraes, Gabriel Picanço, Joaquim Ruiz, Soldado Sampaio e Zé Reinaldo**. Registraram a presença os Senhores Deputados: **Angela A. Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portella, Gabriel Picanço, George Melo, Ionilson Sampaio, Jânio Xingú, Jean Frank, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Soldado Sampaio e Zé Reinaldo.**

Aprovada em: 09/04/2014

ATAS PLENÁRIAS - ÍNTEGRA

**ATA DA 2292ª SESSÃO, EM 27 DE MARÇO DE 2014.
47º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.**

= ORDINÁRIA =

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CORONEL CHAGAS

(Em exercício)

Às nove horas do dia vinte e sete de março de dois mil e quatorze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima ducentésima nonagésima segunda Sessão Ordinária do quadragésimo sétimo período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Convidou o Senhor

Deputado Ionilson Sampaio para atuar como Primeiro Secretário ad hoc.
Solicito ao Senhor Segundo Secretário proceder à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro Secretário (**Remídio Monai**) - Senhor Presidente, há quórum regimental.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário proceder à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (**Remídio Monai**) – (Lida a Ata).

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Coloco em discussão a Ata da sessão anterior.

Não havendo nenhum dos Senhores Deputados que queira discuti-la, coloco-a em votação. A votação será simbólica: os deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Ionilson Sampaio**) – O Expediente consta do seguinte, Senhor Presidente:

RECEBIDO DOS DEPUTADOS:

Requerimento s/nº/14, de 26/03/14, do Deputado Soldado Sampaio, solicitando análise e parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 04/13.

Indicação s/nº/14, de 26/03/14, da Deputada Ângela Âguida Portella, para recuperação da vicinal 14 no Roxinho e vicinal 16, município de Iracema.

Moção de Aplauso s/nº/14, de 26/03/14, do Deputado Jânio Xingú, aos ex-policiais civis do Estado de Roraima.

Projeto de Lei s/nº/14, de 24/03/14, do Deputado Erci de Moraes, que institui a Semana de Promoção e Prevenção em Saúde do Trabalhador e o Dia Estadual em memória às vítimas de acidentes relacionados ao trabalho.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário a chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Deputado Brito Bezerra pede Questão de Ordem. Senhor Presidente, tem um Requerimento de minha autoria que foi lido ontem e não foi votado. Gostaria de saber se foi transferido para hoje.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Temos para Ordem do Dia: segundo turno do Projeto de Lei Complementar 06/14 e Requerimento do Deputado Gabriel Picanço.

O Senhor Primeiro Secretário (**Ionilson Sampaio**) – procede à chamada.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** – Senhor Presidente Senhoras e Senhores Deputados, senhoras e senhores presente em nosso auditório.

Deputado Gabriel, Vossa Excelência, que é meu colega de Comissão de Educação, sabe das dificuldades pelas quais passa a estrutura educacional do nosso Estado. Várias vezes eu tenho assistido aqui, Deputado Brito, denúncias de parlamentares sobre a situação da educação em nosso Estado e, dezenas de vezes tenho procurado fazer audiências públicas. Eu comecei me referindo ao Deputado Gabriel, por ser da Comissão tem participado ativamente através da Comissão da Assembleia, convocando Secretário de Infraestrutura, Secretário da Educação, diretores de escola, para que possamos encontrar uma solução àquilo que o estudante mercadamente tem solicitado do governo. Mas, tenho me aprofundado nesses problemas, tenho estudado o orçamento da educação em termos de investimento, recursos para reformas, convênio do governo com o MEC, estrutura da educação nas áreas indígenas, cuja competência seria da FUNAI desde quando demarcaram as reservas do nosso Estado. Devido o Governo Federal não assumir, o Governo do Estado tem assumido e é obrigação do Estado assumir a educação nas áreas indígenas dos nossos irmãos indígenas.

Mas o que trago aqui hoje nesta Casa é que não temos um diagnóstico. Quando digo nós, é o Estado de Roraima e a Assembleia. Eu sou Presidente da Comissão de Educação, e quando a gente busca informações, não temos um diagnóstico concreto sobre a nossa educação. Estive em Brasília participando de um evento ligado à educação do Brasil, e alguns estados já avançaram significativamente fazendo convênio não só com o MEC. Por exemplo, no Estado do Acre, as escolas das áreas de fronteiras são recuperadas, reformadas e ampliadas com recursos do “Calha Norte”. Quando falo de educação, não estou falando só da estrutura. Meu amigo Cicero Ferreira, que está aqui presente, é conhecedor da estrutura deste Estado, e não me refiro só às escolas do Estado, porque o ensino infantil desde a creche até o ensino fundamental é competência dos governos municipais. Temos que fazer um diagnóstico da situação da educação de modo geral. Eu peguei esses exemplos na reunião no MEC, no trabalho que o Estado

faz entre as prefeituras e o governo do estado. Aquilo que é competência das prefeituras o projeto, através de emendas parlamentares, vai para as prefeituras que estão nas áreas de fronteiras. A FUNAI já faz acordo com alguns estados, onde existem áreas indígenas infinitamente menores do que as nossas. Já faz convênio para reformas, recuperação e ampliação das escolas do Estado. O INCRA, nos projetos de assentamentos que é para entrar com infraestrutura da recuperação das estradas e estradas vicinais, não tem participado, Deputado Gabriel. O Senhor é do interior como eu também sou, e sabe que se abre 40, 100, 200 km de estradas, mas o INCRA não constrói escolas, o INCRA não leva eletrificação rural e depois cai sob a responsabilidade do governo do Estado, seja ele qual for o governante. Não estou propondo fazer esse diagnóstico para o próximo governador que vai ser eleito, não! O projeto que a gente está propondo hoje é para médio e longo prazo. Esse diagnóstico só pode dá certo se o Presidente da Assembleia autorizar. Faço esse apelo se a Escolégis, Deputada Ângela, entrar nessa parceria. A Comissão viabiliza junto à Secretaria de Educação, mas a Escolégis executa esse projeto com professores mestres, que se dispõem a trabalhar nesse diagnóstico com o salário que recebem na educação. Mas eu não tenho como, através da Comissão de Educação, elaborar um diagnóstico dessa magnitude. A Escolégis tem, através de seu trabalho, como fazer essa parceria junto com a Secretaria de Educação, para que a gente possa ter esse diagnóstico.

Aparte concedido à Senhora Deputada **Ângela Portella** – Bom dia Presidente, demais nobres colegas. Deputado: agradeço o aparte que me concede e parabeno-o pelo seu trabalho frente à Comissão de Educação. Deputado: temos a maior honra em participar com Vossa Excelência desse trabalho e já adiantar que temos um acordo de cooperação com a Secretaria de Educação do Estado e que é possível viabilizar esse trabalho e fazer esse levantamento no Estado. Acho que é necessário que a gente possa ter dados para que conheçamos a realidade da educação do nosso Estado. Quero me colocar à disposição enquanto colega de parlamento e também quanto Presidente da Escola do Legislativo. Obrigada.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Gabriel Picanço** - Senhor Presidente, demais colegas. Deputado Joaquim, já vinha imaginando, só não tinha certeza que o MEC levemente tinha reformado o parlamentar da sua qualificação, graduação e posicionamento em medir o ensino em Roraima. Disse que Roraima era o melhor ensino do Brasil. Eu conheço o Estado de Roraima, por isso que falei na terça-feira que gostaria de conhecer os avaliadores do MEC. Deveriam estar de venda nos olhos ou com ouvindo tapado, porque nas escolas não têm energia, as escolas estão maltratadas, os alunos não são transportados dignamente para assistir aula. No Caroebe, nós temos diagnóstico de que tem vicinal que o aluno assiste aula quatro vezes por mês. Como pode ser uma educação de qualidade? Quero me juntar a Vossa Excelência e dizer que estamos juntos para fazer o melhor pela educação do nosso Estado, porque o Estado só é forte, a Nação só é forte quando o povo está educado. Parabéns pelo seu pronunciamento.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** continua. Obrigada pelos apartes dos Senhores Deputados. Deputada Ângela, o que podemos fazer com esse diagnóstico, são as reformas das escolas, pois podemos captar recursos da FUNAI. Podemos definir as escolas das áreas indígenas, fazer um projeto de reformas e ampliações dessas escolas. Mas é um projeto de 10 anos: as mais emergenciais, as que vão precisar em médio prazo e as que precisam ser ampliadas em longo prazo. Vamos pegar os dados do IBGE e vermos quais as populações que mais crescem e que estão se desenvolvendo mais no Estado, as que precisam mais de aporte de recursos, fazer as ampliações, fazer construções de escolas em nível de segundo grau, em bairro que ainda não existem escolas. Este ano estamos abrindo 4 bairros na capital. Em Rorainópolis, a população está exigindo a construção de uma escola com ensino médio no bairro Cidade Nova onde foram construídas 2 mil casas. Essas prioridades têm que constar nesse diagnóstico. Às vezes a gente recupera uma escola e depois percebe que faltou alguma coisa. Eu tenho dados de escolas que têm a central de ar, mas não estão ligadas, porque tem que mudar o transformador da rua, porque os transformadores são antigos e se você ligar as centrais arrebeta a energia naquela área. São problemas que eu não conhecia, estou sabendo agora. Esse diagnóstico precisa ser feito junto com a BOVESA, para que aquelas escolas que já estão com estrutura para receber as centrais de ar, que sejam verificadas a situação dos transformadores daquelas ruas, se há capacidade de aguentar o suporte. Então, são casos que ocorrem que a gente desconhece. Muitas vezes aquele técnico que está na ponta da educação, que não é engenheiro, não tem o conhecimento.

As estradas! Por que não fazer uma parceria com o INCRA? Ao invés de recuperar uma estrada que, às vezes, não é prioridade, recupere-se uma estrada que vai atender 3 escolas, 5 escolas. Nós não temos esse diagnóstico. Às vezes a gente acha que está aprovando recursos aqui para recuperar uma estrada, mas não há um diagnóstico se essa estrada vai produzir mais do que a outra que ficou sem uma recuperação.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Erci de Moraes**. – É tão pertinente o tema abordado por Vossa Excelência, da necessidade de se tomar uma atitude que faça com que se possa prestar um serviço à educação. É o segundo ano consecutivo que eu tenho colocado emenda no Município do Cantá, para que se possa otimizar a rede elétrica a partir do transformador até dentro da escola. Isso não é tão caro, para que com isso possa prover as escolas com as centrais doadas pelo Governo Federal. E até agora não foi possível por falta de dotação orçamentária. Com o tempo o material fica defasado, e o desconforto para alunos e professores, continuará. De modo que eu concordo com o pronunciamento de Vossa Excelência e estou pronto para colaborar, no que for possível, para que possamos buscar parcerias e recursos para prover isso.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** continua. – Deputado Erci e Sampaio, eu escuto muito aqui reclamações. Eu acho correto quando cobram. Especificamente o Deputado Brito, que cobra o pagamento das terceirizadas. Em um diagnóstico desse, poderíamos lutar para acabar com as terceirizadas. Fazemos um seletivo, limitemos o prazo e a gente aprovaria aqui mesmo um prazo para fazer o concurso público. E aí, nesse diagnóstico feito por esta Casa, isento de pressões, com a participação tanto da situação quanto da oposição, ver quais são as merendeiras que estão em cada escola, qual o serviço de apoio para o professor, alocar recursos para treinamento dos professores. Eu nem vou falar em aumento salarial porque nós acabamos de aprovar um Plano de Cargos e Salários amplamente discutido com a classe da educação, mas a terceirização tem que ser refletida e tem que acabar, Deputado Brito. Não dá para continuar, é caro para o Estado, e não funciona. O Estado atrasa e as empresas não tem capacidade de ficar bancando um contrato que foi assinado. Então, essas reflexões que eu trago para esta Casa para que todos os parlamentares, independente de oposição e situação, se engajem para fazermos esse quadro, não para hoje. Não se faz educação, nem se tem um mandato parlamentar para se fazer uma lei para ontem, mas para preparar leis para futuras gerações, para aqueles que vão nos substituir amanhã. O problema da limpeza das escolas, a falta de recursos humanos, a falta de treinamento e pagamento, a qualificação de funcionários. Isso faz com que desestimula os alunos a assistir uma aula... Ou a falta de merenda. Por que se terceiriza a merenda, por que não se compra através da associação de pais e mestres? Por que não fortalecer as associações de pais e mestres? Por que não dá treinamento para os nossos professores através da Universidade Estadual? Por que não se busca esses professores que fizeram mestrado fora do país e se qualificaram para que sejam os professores que vão qualificar seus colegas? Faço esse apelo para que a gente possa, através desse diagnóstico, discutir um orçamento concreto para a Secretaria de Educação do nosso Estado, não para o amanhã, mas para o próximo exercício, uma programação em cima do PPA para os próximos 5 anos, um projeto para 10 anos, um projeto de educação para mudar a situação da educação no nosso Estado. Um dia fui criticado quando falei sobre as escolas que são reformadas e que, de repente em um ano são destruídas. Hoje, na folha de Boa Vista, eu vi várias pessoas citando isso, que precisa mudar também a educação dos alunos. Você recupera uma escola, e tenho como exemplo uma escola da Prefeitura que foi reformada no final do mandato do Iradilson, e ontem, quando eu passei, tomei um susto, a escola está toda pichada, por dentro e fora. A escola fica no bairro Buriti. Então, são essas coisas que precisam ser mudadas. Criticar os jovens? Não, o problema é cultural; o que nós precisamos é mudar a mentalidade. Eu tive uma experiência quando fui Prefeito de Iracema. Só acabamos com a gravidez precoce e a prostituição infantil com investimento maciço na educação. Na educação não se gasta, se investe. Um parlamentar ou um técnico de governo que usa uma tribuna para dizer que estamos gastando cem mil reais na educação, repreve esse cidadão! Porque na educação é investimento! É a saída para o desenvolvimento de um Município, Estado ou Nação. Muito obrigado!

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, funcionários deste Poder e público que nos assiste meu cordial bom dia. Deputado Joaquim Ruiz, quero me referir a Vossa Excelência porque o que venho falar é mais ou menos baseado no seu discurso, pois, realmente as empresas terceirizadas, as terceirizações são um problema muito sério neste Estado. Vemos denúncias desde que chegamos a esta Casa, Deputado Joaquim Ruiz, denúncia de transporte escolar, da limpeza pública, na assistência aos alunos, e não é diferente hoje. Preocupado com isso, gostaria que a imprensa prestasse bastante atenção no que vou falar. Preocupado com isso, em 2012, aprovamos uma Lei de minha autoria, a Lei de nº 885/2012, para que o Governo do Estado organizasse os pagamentos por ordem cronológica. O Governador vetou, o Plenário da Assembleia derrubou o veto, o Presidente Chico Guerra sancionou a Lei que passou menos de trinta dias porque a consequência em pagar por ordem cronológica foi a cobrança pela justiça, e o Governo se sentiu ameaçado e mandou anular a Lei. Mas, hoje, recebi um apelo lá de São Luís do Anauá, do hospital de São Luís do Anauá, através de um paciente internado, dizendo que há uma semana o

hospital não está sendo limpo, não há limpeza pública porque a empresa que contratou os funcionários, uma empresa terceirizada, está há mais de cento e vinte dias sem pagar os salários dos funcionários. Por isso eles entraram em greve e deixaram de limpar o hospital. Os pacientes estão com medo de pegar uma infecção hospitalar, porque o hospital está sem limpeza pública. Por isso viemos fazer um pedido aos nobres parlamentares e se essa empresa for de algum parlamentar, ou caso ele tenha alguma ingerência nessa empresa, pague, por favor, esses funcionários, porque quando a Lei foi aprovada aqui, a base do Governo votou contra a anulação da Lei. Portanto, quem vota contra é porque tem garantia, tem dinheiro para cumprir com seus compromissos. Por isso venho Deputado Naldo, pedir de Vossa Excelência, que nos ajude a pedir a esses empresários que quitem o seu débito com os funcionários do hospital de São Luís do Anauá, para que a limpeza pública do hospital seja restabelecida.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Naldo da Loteria** – Gostaria de dizer ao Senhor, nobre Deputado Gabriel, que a questão da terceirização no nosso Estado está um caso alarmante. As empresas hoje têm representantes mas não têm donos. A gente nunca sabe quem são os donos das empresas. Não sei se são laranjas ou se não são. Acho que cabe uma CPI, uma investigação para que todos saibam quem são. Se o Governo não paga, não sei se paga ou não paga, mas, quando tem um pregão para se contratar as empresas terceirizadas, é uma briga de foice. Então, hoje, empresa terceirizada é uma moeda de troca. Estão chegando as eleições e o que a gente já ouve na periferia é que os funcionários das terceirizadas estão há três meses sem receber, mas que recebem promessas de pagamento em dia todo tempo. Se colocarem em dia, tudo bem, mas e depois de outubro, depois das eleições, como vai ser? Vão voltar a mendigar salários de novo? Uma pessoa que trabalha e ganha um salário mínimo e passa três meses para receber, fica sem crédito, fica sem nada. Então acho que não é só no hospital de São Luís, é em todo o Estado. Acho que essa terceirização tem que acabar ou o Governo tem que moralizar. Quem é empresário tem que ter condição de bancar. Se não tiver, vá para a feira vender banana. Obrigado.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** continua. – Obrigado, Deputado Naldo, mas vou mais além. Acho que o que deveria acabar era a ingerência de Parlamentar que quando ganha a eleição para vereador ou deputado vira empresário. Eles ganham as eleições para defender o povo e não para estar defendendo empresa nem o seu patrimônio. Eu sou diferente, fui empresário por trinta anos, minha empresa está parada desde o dia primeiro de janeiro de 2011. Então, eu vim da iniciativa privada para a política, não saí da política para a iniciativa privada. Nos contratos de vicinais que fiscalizei os empresários não se intimidam em dizer que é representante de deputado fulano, de filho de deputado cicrano, que está ali representando ele. Então, é isso que tem que acabar Deputado Joaquim, pois tenho certeza que Vossa Excelência e o Deputado Sampaio não são empresários, o Deputado Sampaio também não. Então, tem que acabar a ingerência do político se eleger e abrir uma empresa e colocar debaixo do braço e ir barganhar obra com o Governo para votar projetos nesta Casa, que talvez faça até mal para a sociedade daqui a alguns anos.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Deputado Gabriel, quero inicialmente me juntar a Vossa Excelência nesse pronunciamento, visto que essa questão empresarial é algo que tem nos trazido muita preocupação, pois a política no nosso Estado ela é muito complexa, ou seja, é muito mais que complicada. Política ou é negócio ou sacerdócio. E aqui, geralmente encontramos políticos que tratam de negócios dentro de uma casa que é para tratar do bem estar coletivo, e ficam tratando dos seus próprios negócios, dos seus interesses. Não digo que um político não possa ser empresário, mas ele tem que empresariar não diretamente com o Governo do Estado nem com qualquer poder público, até porque é contra a lei, não é permitido. A classe política deste Estado, quando quiser se preocupar com empresário, se preocupa agora com a situação da SUFRAMA. A SUFRAMA está agora com quarenta dias de greve e aí os políticos dizem que a SUFRAMA é federal. Tudo bem. É mesmo. Mas os empresários estão com seus mercados desabastecidos, estão com os boletos vencendo, as transportadoras subindo o valor dos fretes dos produtos, porque passam aqui dez, quinze ou vinte dias para poder suframar a nota e entregar os produtos e não vejo esta Casa, o Parlamento tomar providências. Eu procurei a Secretaria de Estado da Fazenda que disse que não pode fazer nada porque a SUFRAMA é a Superintendência da Zona Franca de Manaus e é uma instituição federal e a SEFAZ é uma instituição estadual. Está bem, mas lá no Acre o Governo do Estado fez um convênio com a SUFRAMA e pode estar a SUFRAMA todinha de greve e o Governo do Estado internaliza as notas pela SUFRAMA e o comércio continua funcionando totalmente engrenado, ou seja, o Governo do Estado do Acre, apesar da crise que está passando, pois está quase todo inundado, se preocupa com o fortalecimento da classe empresarial local. Os empresários geram emprego, renda e é quem têm a musculatura econômica de um Estado, mas aqui não, o Governo quer

tudo em suas mãos e trata a política de maneira diferente. Politicagem se faz muito, política muito pouco se vê fazendo neste Estado. É com essa preocupação que faço um aparte em seu pronunciamento, porque o vejo defender muito o povo da nossa terra e defende os empresários sérios deste Estado. Estou trazendo essa preocupação agora porque vou entrar agora nesse imbróglio, que é tentar ver se a SEFAZ faz um convênio com a SUFRAMA, para que internalize as notas, até por que os empresários têm noventa dias para internalizar essas notas para que possam liberar essas cargas, deixando que as transportadoras fluam normalmente, o comércio seja abastecido e o consumidor final, além de ter acesso ao produto, não tenha que ter acesso a um produto mais caro, porque quando está faltando é a lei da oferta e da procura. Não tendo oferta e tendo procura, o produto sobe, e quem vai pagar é o consumidor final. Devemos tomar providências nesse sentido. Obrigado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Joaquim Ruiz**. – Vossa Excelência disse que é empresário, o Deputado Brito acabou de colocar o problema dos empresários do Acre. O governador do Acre é do PT, irmão do senador, vice-presidente do Senado Federal, também do PT. Temos aqui, e Vossa Excelência faz parte do grupo, uma senadora do PT; o suplente da senadora é o superintendente adjunto de administração da SUFRAMA; o Deputado Brito é da Comissão da Indústria e Comércio da Casa. Eu me pré-disponho, como Parlamentar, de colaborar para que saia esse acordo de cooperação entre o Governo do Estado e SUFRAMA, mas diferente do Acre, aqui é do PSDB. Nós temos um adjunto da SUFRAMA e essa responsabilidade está nas mãos dele. O Deputado Brito vai entrar em contato com a SEFAZ, com a SUFRAMA e eu acho que ele tem possibilidade muito grande de resolver esse imbróglio criado por uma greve de servidores da SUFRAMA. No Amazonas também está sendo feito assim. O que a SUFRAMA representa para nós são os incentivos fiscais. Você pode entrar com uma nota aqui, mas você não se beneficia dos incentivos fiscais oriundo da Área de Livre Comércio, aí vai sim prejudicar o bolso dos trabalhadores, da nossa sociedade. Em relação à terceirização, essas empresas que prestam serviços ao governo, eu acho que é o modelo ideal daqui, é porque eu digo que a gente precisa de um diagnóstico, não só na educação, mas na saúde também. No Estado de Santa Catarina, quando começaram a ocorrer esses problemas com as terceirizadas, o governo do Estado municipalizou o transporte escolar, a estrutura de recuperação de estradas e passou a fiscalizar com rigor. Um membro da Comissão de Transporte da Assembleia do Estado de Santa Catarina participava de uma comissão externa que fiscalizava essa estrutura. Eu tive oportunidade de conhecer o projeto. Essas medidas podemos adotar em Roraima. Não podemos impedir ninguém de ir para um pregão eletrônico, até porque a gente não sabe, pois o Deputado não tem a empresa no nome dele. Agora mesmo tem um projeto aqui para que o servidor público possa ser empresário. Aí acabou tudo! Existe uma emenda constitucional para ser votada aqui, a emenda é pior que o soneto. A gente precisa exatamente do diagnóstico e Vossa Excelência está levantando a área de saúde o problema que estamos enfrentando também na área da educação.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** – Se esta lei for aprovada na Assembleia, será mais uma vergonha para o Parlamento. Vamos entrar na justiça contra essa ilegalidade. A Constituição Federal não ampara isso e a Lei Maior não pode ser submetida à lei menor. Deputado Joaquim, quero que Vossa Excelência colabore com o meu discurso pedindo, como presidente da Comissão de Saúde, ao governo do Estado para que pague a empresa terceirizada ou mande a empresa pagar os funcionários do hospital de São Luís do Anauá para que não venha ocorrer uma epidemia hospitalar e matar algumas daquelas pessoas doentes. Obrigado.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Bom dia Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, cidadãos aqui presentes, imprensa, servidores da Casa. Senhor Presidente, quero usar a tribuna para fazer duas colocações que acho de grande relevância. Ontem à tarde realizamos uma audiência pública nesta Casa com as Comissões de Orçamento, Administração e Educação, num total de 15 deputados convidados. Isso foi fruto de um acordo feito na quarta-feira. Era um requerimento para uma audiência em plenário, mas a base do governo entendeu que não era interessante e não votaria a favor do requerimento e acordamos entre oposição e situação em fazer uma audiência, em comissão conjunta, para discutir as demandas dos servidores da Lei 192. Em torno de cinco mil servidores que estão com pleito de buscar um reajuste e a reposição salarial sofrida nos últimos 8 anos. Foi triste o ocorrido ontem nesta Casa. Primeiro, só tinha 3 deputados participando da audiência, o que deixa a gente numa situação de saia justa, com exceção da Aurelina, que foi a única que justificou a ausência. Os demais não justificaram a ausência. Por mais que se defenda a ausência do colega, mas fica uma situação insustentável. Os servidores vêm para cá para serem ouvidos. A única coisa que estão querendo é que sejam ouvidos. Uma atenção especial desta Casa como eles gostariam. A crítica com certeza foi grande ao Parlamento. Mais triste ainda foi quando alguns

servidores levantaram com seus contracheques com salário de 584,00. O que dizer para esses servidores? Dizer que não tem dinheiro? Não podemos, porque não é verdade. Este mesmo governo deu um teto máximo para várias categorias, deu reajuste salarial 3, 4 vezes, nos últimos anos, para uma mesma categoria. Esses servidores vêm recebendo simplesmente os 4,5% que o governo anexou à inflamação em Roraima nos últimos 8 anos. Os Deputados Brito e Gabriel estavam participando da audiência. Ficamos numa situação difícil perante os servidores. É inaceitável a ausência dos Parlamentares, e dizer o que para esses servidores? Eles com o orçamento em mãos do Estado, quase 3 bilhões, com excesso de arrecadação, os empréstimos que foram feitos, tabelas de servidores que receberam 3, 4 reajustes nos últimos 6 anos de governo, servidores com teto máximo, servidores do executivo, legislativo e judiciário recebendo auxílio-alimentação e ele pleiteando 500 reais de auxílio-alimentação e que pelo menos o governo do estado cumpra o que esta previsto na Constituição, de que nenhum servidor pode ganhar menos do que um salário mínimo. Uma senhora disse que tem vergonha de expor seu contracheque porque é de 584,00. Eles receberam um deputado da base governista que se propôs intermediar uma conversa com o governador e a proposta encaminhada foi que eles ficassem tranquilos porque o governo do Estado, através desse deputado, iria repassar para eles o vale solidário. Fiquem tranquilos que reajuste não tem, mas a partir do meio do ano, todos os familiares de vocês, vocês não podem receber porque são servidores públicos, vão receber o vale-solidário. Essa é uma proposta vergonhosa, indecorosa, indecente, de alguém que se propõe a ajudar desta forma. Ficamos responsáveis para encaminhar um documento à SEGAD, SEPLAN, ao governo, pedindo para que abram um canal de negociação, pelo menos para o ano que vem, para que possamos dar um salário digno a essas pessoas. Outro assunto que gostaria de abordar, Senhores, é o requerimento de minha autoria junto à Comissão Especial que trata da Lei de Terras do qual eu pedi que a Comissão realizasse uma audiência pública com todos os segmentos envolvidos antes de aprovar a lei em plenário. E, com a certeza de que esta audiência iria acontecer, nós encaminhamos até cópia da proposta, fizemos uma pesquisa das leis que tratam da questão das terras em Roraima e no Brasil e encaminhei para a FETAG, os sindicatos, associações, Central dos Assentados, para o agronegócio, preparando essas pessoas para virem preparados tecnicamente para essa audiência para discutirmos a Lei de Terras. E aí, tudo pronto para essa audiência acontecer ontem durante a Sessão, suspenderam a Sessão. A Comissão Especial se reuniu e foi discutir a Lei de Terras, e a primeira pauta foi o meu requerimento. Senhoras e Senhores, o resultado não foi outro, o requerimento foi rejeitado. A base governista se reuniu e disse que não precisamos fazer audiência pública. Eu ainda fiz um apelo. Disse que somos representantes do povo, fomos eleitos, o povo não nos deu um cheque em branco. Nós, enquanto deputados, estamos com as redes sociais, panfletos, indo ao encontro das bases, dando satisfação do nosso mandato. Não somos os conhecedores da verdade para abrir mão de ouvir a população. Quem melhor pode nos ajudar nesse momento do que essas pessoas que lidam diretamente com a terra? Que estão sentido na pele os desmandos que houve nas terras de Roraima. Será que a FETAG, os sindicatos dos trabalhadores rurais, as associações das vicinais, os empresários de agronegócio não podem contribuir com a gente nessa discussão? A Base governista entendeu que não. Somos conhecedores, é uma questão técnica, essas pessoas não podem ajudar. Será que não estamos sendo muito pedantes? Será que não estamos nos considerando Deus, e por isso não queremos ouvir a população? Eu acredito que nenhum Deputado é pedante, nenhum Deputado se sente Deus, mas uma coisa eu tenho certeza há sim uma orientação por parte do governo que está saindo, governador José de Anchieta, há entendimento dentro da base governista que essa lei tem que ser votada antes que ele repasse o cargo para o próximo governador Chico Rodrigues. Esse é o segredo da coisa. A lei tem que ser aprovada do a quem doer antes que o governador entregue o cargo para o próximo. Por que isso? Qual a intenção que está por trás? Será que dentro dos artigos da lei, será que não é o artigo 90 da lei que diz o seguinte: todas as autorizações de ocupação e títulos definitivos de propriedades expedidos pelo ITERAIMA, até a data da publicação desta lei, em nome de ocupantes de áreas superior, cuja ocupação tenha ocorrido após setembro de 2009, sem licitação pública, servirão somente de comprovação de ocupação de imóveis, ou seja, todos os títulos que foram emitidos sem autorização não têm validade quando essa lei for publicada, acima de 4 módulos. A intenção é moralizar? Por que o ITERAIMA quando assumiu não identificou os títulos nulos, sem processos, porque não denunciou junto à Federal, ao Ministério Público? Por que não abriu procedimento interno? Simplesmente, anulou o toque de caixa cometendo outro erro. Não pode ser feito desta forma a anulação de nenhum título.

Qual é a intenção do governo? Qual é a pegadinha que tem nessa proposta? O que está por trás disso para aprovar essa lei antes que o governador saia? Eu começo a imaginar que as redes sociais têm razão. Se você entrar nas redes sociais hoje estão lá várias postagens que é orientação do governador, que deputado X recebeu 12 milhões de fatura através de laranja, que outro recebeu 5 milhões, que outro 4 milhões. A população começa a imaginar coisas e não estão inventando. Nós nos negamos a ouvir as pessoas que têm o maior interesse, que é o trabalhador rural, o empresário do agronegócio, a PROGE, os técnicos do ITERAIMA, da FEMAR. Esse era o intuito da audiência. É lamentável e nos preocupa o posicionamento desta Casa. Deputado Brito, nós já vimos isso aqui na Casa. Aprovamos aqui uma lei do chip sem a devida discussão dizendo que o prazo estava se esgotando. A população veio para cima e esta Casa teve que pedir desculpas à sociedade e anular o decreto. Os deputados e servidores desta Casa sequer receberam o salário este mês. Dos 13 milhões que eram para serem repassados a esta Casa, do duodécimo, foram repassados apenas 5 milhões e novecentos. O governo não tem dinheiro em caixa. Não é arrecadação baixa, o FPE veio dentro do que estava previsto. Pelo contrário, janeiro, fevereiro e março houve um excesso enorme de arrecadação nunca previsto no Estado de Roraima. E quando chegou março, o governador sequer repassou o duodécimo dos Poderes. As redes sociais estão dizendo que foram pagas N faturas no apagar das luzes do atual governo. Estão pagando todos os apadrinhados, inclusive esquecendo a sua obrigação por lei de repassar o duodécimo dos Poderes, e esta Casa nada faz. Estamos todos sem receber salário, sem receber suas verbas. Algo está acontecendo de muito ruim para o Estado. O governador está inaugurando obras sem serem concluídas, é o caso do hospital de Rorainópolis, de vicinais feitas pela metade, e os 12 milhões da Secretaria de Educação, foram gastos quase todos em propagandas. O horário nobre da TV local é basicamente propaganda do Governo do Estado. Então, isso me preocupa e fica a minha insatisfação. Inclusive publiquei na Folha de Boa Vista uma nota paga, de primeira página, esclarecendo a sociedade o meu posicionamento, aliás, o da bancada de oposição, defendendo a realização de uma audiência pública. Eu não entendo o porquê de ter que se votar essa lei... Quando o outro Governador assumir é do mesmo grupo, mas acredito que terá mais tranquilidade, menos pressão para votar uma lei de interesse do povo roraimense, que é a lei das terras. Como já inspirou o meu tempo, se a Mesa autorizar...

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Senhor Deputado, Vossa Excelência tem usado dessa estratégia de querer conceder o aparte depois de inspirado o seu tempo. Se quiser conceder o aparte para os colegas, que faça antes de encerrar o seu tempo e não depois. Não cabe à Presidência decidir. Dessa forma Vossa Excelência coloca o Presidente em confronto com os demais colegas. Nós temos mais oradores e seu tempo está encerrado.

O Senhor Deputado **Ionilson Sampaio** – Eu quero fazer um pequeno comentário em relação ao que o meu colega Sampaio falou. Pelo menos o que eu entendi ontem, pelo menos na reunião que nós fizemos para analisar o Projeto de Lei 009, é que nós não somos contrários, ou não fomos contrários a uma possível audiência pública, naquele momento! Na reunião de ontem, que foi uma reunião que iniciávamos a discussão, nós estávamos ali tentando ordenar os trabalhos, porque, com certeza, haverá emendas ao projeto. Por parte do Relator, é claro que temos emendas a fazer ao Projeto de Lei, assim como outros Deputados possivelmente terão emendas a fazer. Estávamos ali convidando o assessor jurídico para que fizesse uma explanação a respeito dos dois pareceres que ele fez sobre os projetos de emenda à Constituição, bem como ao Projeto de Lei 009. A audiência pública pedida pelo Deputado Sampaio são legítimas, e a comissão entendeu que naquele momento nós iríamos criar confusão, até porque a matéria é extremamente técnica, é extremamente jurídica, como nós dissemos hoje por meio da imprensa. O Presidente José Reinaldo, de uma forma muito democrática, colocou isso para que a comissão se manifestasse se nós iríamos abrir audiência pública naquele momento. Eu acredito que após a Comissão trabalhar tecnicamente, Deputado Brito, Vossa Excelência inclusive entrou com requerimento com pedido de vista e a Comissão concedeu, porque Vossa Excelência precisava de maior segurança jurídica e esclarecimento, mas a audiência pública, naquele momento, iríamos, com certeza, emperrar os trabalhos por ser um trabalho técnico, por ser uma discussão técnica que a comissão estava fazendo. Na primeira reunião nós estávamos tentando inclusive dar um ordenamento a esse trabalho e foi dessa forma que foi entendido. Nós não fomos contrários à audiência naquele momento, mas é possível haver, se por ventura a comissão, o plenário ou a Mesa entender, uma audiência futura. É apenas para esclarecimento.

Mas quero aqui, antecipadamente, agradecer ao apoio que eu tenho tido dos colegas, todos sem exceção, situação, oposição, Mesa Diretora, para esse difícil trabalho que é, nós entregarmos à sociedade roraimense uma lei de terras que atenda os produtores rurais deste Estado,

que atenda as pessoas que estão numa insegurança jurídica. Eu tenho certeza que iremos fazer esse trabalho na Assembleia todinha, em peso. Isso não é nenhum mérito do Deputado Ionilson Sampaio, tem sido um trabalho de todos. Eu quero inclusive, antecipadamente, agradecer à colaboração de todos os parlamentares desta Casa, que têm sido pacientes. Quando eu peço paciência, estamos aqui buscando subsídios, entendimentos e documentos para nos subsidiar, não apenas o relator, mas todos os deputados, para que a gente tenha um texto claro, sem inconstitucionalidade, e acredito que vamos fazer isso. Já estão bastante avançados esses estudos, já há um bom debate e creio que, se Deus quiser, na próxima semana, nós estaremos com ele apto a decidirmos em comissão o texto que nós queremos que venha para o plenário para ser votado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** – Deputado Ionilson, o Deputado Sampaio colocou sobre esse problema das redes sociais, eu não participei de nenhuma reunião em relação a terras, minha área é outra. Se houve reunião com o bloco do governo, eu não sei, porque eu não fui convidado e nem participei. Não estou em negociata, mas é o que está na rede social, ele não está acusando. Mas eu acredito no relator dessa matéria. Eu não entendo de terras, eu não sou fazendeiro, não sou pequeno produtor, a terra que eu tenho fica lá no Bairro São Vicente, já está comprada e é a casa em que moro.

Preste bem atenção: duas pessoas ligadas a setores produtivos da agricultura familiar me procuraram e eu as encaminhei a Vossa Excelência. A informação que eu tenho, desses 30 dias que essa lei está aqui na Casa é que Vossa Excelência é o relator, me informaram que vão ser duas emendas em cima da reivindicação deles. Não sei se o Deputado Sampaio tem reunido as classes que o procuram, para fazer esse contato com Vossa Excelência. Mas a elei está aqui, o projeto está aqui, Vossa Excelência é o relator. Vossa Excelência é um homem democrático, Vossa Excelência tem o compromisso com o Estado e com a nossa história. Tem o compromisso com o presente e com o futuro, porque Vossa Excelência tem filhos que vão dar continuidade ao patrimônio que Vossa Excelência construiu durante toda sua vida. E Vossa Excelência, diferente de mim, tem ligações com terras. Vossa Excelência é um pequeno produtor na área do agronegócio, pecuária, especificamente, e isso vai ficar para as outras gerações, que são seus filhos e seus netos. Eu não posso acreditar e nem creio que Vossa Excelência vai fazer algo que venha prejudicar o pequeno agricultor ou o médio produtor, porque nós não temos grandes latifúndios aqui. Grande latifúndio é de 40 mil hectares, 100 mil hectares. Como tem no Mato Grosso, como tem em Rondônia. Mas quem tem 2 mil hectares de terras aqui em Roraima, principalmente na área do lavrado, como Vossa Excelência tem, eu não posso acreditar que, em detrimento do futuro do nosso Estado, Vossa Excelência vá tomar uma atitude aqui para beneficiar uma pessoa. Por outro lado, eu não estou envolvido nesse processo porque eu acho que a maior virtude do homem é reconhecer quando não conhece o problema. Essa é uma área que eu não conheço, mesmo eu estudando como tenho estudado a lei. Eu tenho uma cópia na mão, eu encontro dificuldades. Portanto, eu acredito nas pessoas que estão designadas nessa comissão. E que no mérito do julgamento deles eu dê o meu voto.

O Senhor Deputado **Ionilson Sampaio** continua. – Obrigado, Deputado Joaquim...

O Senhor Deputado **Joaquim** continua. – Só para eu concluir, me permita, quando foi aprovada, a toque de caixa, a Lei do Chip, eu e o Deputado Gabriel, na comissão, trabalhamos contra, votamos contra. A redução daqueles preços foram em cima de que a gente não aceitava na comissão que nós participávamos no ano de 2012, no apagar das luzes, Vossa Excelência está correta, não aceitávamos porque o valor era muito mais alto. Então, nós fomos contra, dissemos que não votaríamos daquela forma, tiveram que rebaixar, mas nós fizemos questão na comissão, de dizer que não aceitávamos aquele tipo de situação que foi colocado na comissão e fomos voto vencido.

O Senhor Deputado **Ionilson Sampaio** continua. – Obrigado, Deputado Joaquim, pela intervenção de Vossa Excelência. Eu, inclusive na imprensa hoje, pedi que nós despolitizássemos esse debate. Essa é uma lei maior do que todos nós. Tenho dito nesta Casa que isso transcenderá nossos mandatos. Não sabemos nem se vamos estar aqui no ano que vem. Agora, temos a responsabilidade maior de entregar para o povo de Roraima uma lei bem feita, uma lei que devolva a segurança jurídica que o povo do Estado de Roraima precisa. A urgência não é do governo do Estado, a urgência é da sociedade roraimense que espera que a gente faça isso, porque o Estado está parado. O Estado está travado, os agentes financeiros estão com recursos, e nós não temos a capacidade de ir buscar esses recursos para financiar a produção. Enfim, nós estamos num estado de letargia, quando se trata do setor rural, do setor de produção deste Estado. Vou conceder um aparte ao Deputado Erci, em seguida aos Deputados Zé Reinaldo e Brito Bezerra.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Erci de Moraes**. –

Deputado Ionilson, eu quero simplesmente, me congratular com suas colocações na condição de relator e, sobretudo já que o Deputado Sampaio não nos reservou tempo para aparte, vou pegar uma carona no seu tempo para responder ao Deputado Sampaio.

Nós somos todos colegas, independente de situação ou oposição e sabemos que há um limite para nossa ação em relação a um colega e outro. Que os debates fluam, e que se digam tudo que se quer na tribuna. Eu acho que é correto, mas quando se vai à imprensa, às redes sociais, sou deselegante, no meu modo de ver a atitude do Deputado Sampaio, em relação a nós, seu colegas. Vossa Excelência está nos jogando contra a sociedade. Ninguém se negou a concordar com a Audiência Pública, porque não se aprovou, foi naquele momento. A discussão está centrada num problema jurídico, que já é complicado para nós Deputados que não somos leigos, quanto mais para o cidadão comum. É possível que depois de acrescentar as emendas, quem sabe que até poderia haver, ninguém discorda, e por outro lado, nós situação temos sido extremamente tolerantes e democráticos. Quando o relator concordou com a retirada de pauta por dois dias, alguém poderia levantar e dizer: “não, nós vamos decidir isso no voto, que é soberano” e teria negado. Ninguém negou, todo mundo concordou. Então, é importante que Vossa Excelência pensasse nisso. Nós sabemos que a lei de terras é complexa, mas ela não veio resolver os problemas que há. Isso foi dito de forma muito clara, Vossa Excelência ouviu ontem, por um abalizado advogado. Então, com isso, nós queremos fazer o melhor instrumento que sirva à sociedade. Depois que tiverem vencido todas as arestas jurídicas, quem sabe, até poderia, como uma forma de dar mais publicidade, mas agora não. Eu acho que Vossa Excelência nos deixa numa posição meio complicada perante a opinião pública. Parece que a gente não quer colaborar com a oposição, quando não é verdade.

O Senhor Deputado **Ionilson Sampaio** continua. – Obrigado, Deputado Erci de Moraes. Deputado O Zé Renaldo, Presidente da Comissão, tem conduzido aí essa matéria complexa, mas que, com certeza, nós iremos fazer o nosso trabalho. Eu confio em Vossa Excelência presidindo essa Comissão. Conheço Vossa Excelência como conheço todos os colegas que estão lá conosco, o próprio Deputado Sampaio, um Deputado ativo, questionador. Isso é importante, mas é preciso que sejamos comedidos, realmente, nessas colocações porque, se sai nas redes sociais, ou sai uma nota, enfim, Deputado Sampaio: “Deputados estão fazendo negociata para que se aprovelem lei a toque de caixa”. Isso nos coloca numa situação complicada, sob suspeição. Vossa Excelência não tem sido conosco, pelo menos em relação a minha pessoa, porque todos os debates, todo pensamento em relação a isso, eu tenho dado cópias para os colegas, eu tenho deixado muito clara a minha posição em relação a isso e tenho sido bastante democrático.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Zé Reinaldo**. – Presidente, peço vênua a Vossa Excelência para que adite esse tempo, essa discussão, ela não pode deixar de ser esclarecida. Quero primeiro cumprimentar dois amigos que aqui se encontram: meu compadre Vereador Cidalino, a Raquel e o Itamar, companheiro de Rorainópolis e associar o meu sentimento aos sentimentos dos demais que aqui expuseram seus pensamentos, Deputados Joaquim, Erci de Moraes e defender primeiro Vossa Excelência. Eu acho importante que a sociedade saiba que esta palavra negociata tem vários sinônimos e ela representa muito forte, quando se fala de conduta de moral e, acima de tudo, de penalidade. Nós sabemos que o deputado tem a liberdade e seu espaço territorial onde ele posa falar e após esse espaço ele pode responder pelo que ele fala.

Nesta Casa, os membros não podem ser inimigos de si próprios. Estamos vivendo o ano de 2014, um ano político. Eu acho que é legal, é muito bacana o camarada fazer um discurso, pagar matéria no jornal, fazer palanque político. O Deputado Sampaio chegou agora na comissão, como eu cheguei. Eu estou há três meses nesta Casa e eu quero de público agradecer aos meus companheiros que me escolheram para ser o presidente dessa comissão, e vou fazer uma discordância ao Deputado Joaquim Ruiz. O Senhor, da mesma forma que eu, Deputado Joaquim, se o Senhor assumisse a presidência dessa comissão, pelo homem, pela capacidade de gestão que Vossa Excelência tem, eu não tenho dúvida que, em menos tempo possível, você estaria tão preparado quanto está o relator dessa matéria para ajudar esta Casa a não cometer um erro que já cometeu uma vez.

Esse negócio de aprovar lei e depois ter que desaprová-la. Essa história do chip já está tão batida que ninguém quer mais nem ouvir falar disso, e é o que mais se comenta aqui porque a Casa teve a hombridade, teve o respeito de considerar o cidadão que já paga tantas taxas e excluir do seu pagamento anual mais uma que foi, de certa forma, aprovada e depois a Casa reconheceu e voltou atrás.

Mas isso é uma coisa do passado, estamos falando do projeto de lei mais complexo do Estado de Roraima. Estamos falando da Lei 10.094 de Marluce Pinto. Estamos falando de uma Emenda à Constituição que o

Senador Romero Jucá apresentou. Estamos falando da 738, que é a lei que foi aprovada por esta Casa. Nós estamos falando da Lei nº 09, que é a lei atual, nova mensagem do governo e esta Casa está falando em corrigir, pois só depois no futuro, tanto a sociedade como o governo vão entender que o trabalho que aqui está sendo feito vai ser prevaletido como um dos melhores trabalhos, em termos de uma discussão ampla, sem precisar mais de bater em audiências públicas, porque na última reunião e na primeira reunião que eu tive como Presidente estava o setor produtivo, representado pelo Jota Lopes, estava o Chefe da Casa Civil, estava o Presidente do ITERAIMA, estava o Procurador-Geral, que defende o governo no setor de terras, estava o representante da comissão, todos que poderiam divergir e apresentar suas soluções. Mas, eu acredito, Deputado Chagas, que esta Casa não precisa mais de audiência pública, não é porque não precise ouvir a sociedade, mas sim porque está preparada para, neste momento, aprovar esta lei. Quem não concordar vota contra. Mas, eu acredito no trabalho de Vossa Excelência vem fazendo no sentido de mostrar para a sociedade que pode ter rede social que serve tanto para ajudar como para atrapalhar, porque, numa informação mal dada, quem fica no descrédito é quem deu a informação. Nós podemos muito bem mostrar para a sociedade que nós não fizemos nenhum ato ilegal. A maioria nunca perdeu para minoria e nós somos a maioria. E, nós vamos aprovar esta lei dentro de um contexto que agrade não a Assembleia Legislativa, mas a sociedade do nosso Estado, pois tem pais e mães de família precisando que isso se resolva no menor tempo possível, porque dependem de financiamentos, dependem de recursos e tantos outros investimentos. E, enquanto nós não tivermos isso solucionado, todo mundo vai ficar com uma dúvida pairada no ar. Quero dizer ao Deputado Sampaio que três coisas não voltam atrás uma flecha lançada, um amor perdido e uma palavra dita que não possa colaborar com a verdade. Muito obrigado.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Deputado Ionilson o seu tempo já extrapolou cinco minutos. Gostaria que Vossa Excelência encerrasse o seu pronunciamento, pois ainda temos oradores inscritos.

O Senhor Deputado **Ionilson Sampaio** continua. – Por não haver mais tempo, encerro o meu pronunciamento.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) - Convido para usar a tribuna o Senhor Deputado **Ivo Som**.

O Senhor Deputado **Ivo Som** – Bom dia, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, imprensa. Sejam bem-vindos à Casa do povo.

Senhor Presidente, a questão das terras tem que ser amplamente discutida. Quero dizer ao Deputado Sampaio que estamos aqui para discutir os assuntos que dizem respeito a esse parlamento e foi lhe dado o direito de discutir mais esse projeto, pois ficamos ontem aqui, até às 15h, tanto é que está aqui no jornal que foi aprovado o pedido de vista de Vossa Excelência. Se nós entendêssemos que não seria aprovado o seu pedido de vista, poderíamos ter rejeitado pela maioria o requerimento em votação, mas foi aceito pela maioria dos deputados, inclusive, por nós da situação. Não faço parte da comissão, mas logo vi que seria aceito o pedido de vista de Vossa Excelência. Então, em nenhum momento, foi tirado o direito de Vossa Excelência. Preocupa-me, como bem disse o Deputado Erci, a forma como Vossa Excelência coloca na imprensa, porque quem lê entende que só a oposição foi quem aprovou o pedido de vista, enquanto o mesmo foi aprovado pela maioria dos deputados presentes na comissão.

Estou aqui, com uma entrevista que foi concedida ao jornal Folha de Boa Vista, pelo Presidente do ITERAIMA, quando ele diz: “O Presidente do Instituto de Terras de Roraima, Leocádio Vasconcelos, ligou para a redação deste jornal afirmando que nada tem a ver o que está sendo solicitado naquele departamento com o então ex-Presidente do ITERAIMA, o Deputado Federal Márcio Junqueira. Ele disse que apenas está sendo notificado pelo Ministério Público Federal a dar novos esclarecimentos. E ele vai mais longe, inclusive, o que responde aqui é que temos que ver toda a situação de titulação para que o Instituto não pare e possa emitir novos títulos”. Resumindo, nas palavras dele, quem errou, quem grilou as terras a justiça está aí para punir. O Ministério Público Federal e a Polícia Federal cuidarão de tudo. Eu não tenho um pedaço de terra lá, as terras que pertencem ao meu sogro e, quando o Deputado Mário Junqueira era Presidente do ITERAIMA nunca fui lá nem pedir favor. E há um documento do INCRA comprovando que as terras do meu sogro são legais. Eu desafio se algum dia fui até o Leocádio pedir algum favor dele. Fui Deputado de 2006 a 2010, meu sogro deu entrada na sua documentação em 2007 e está lá até hoje para ser avaliado. Isso mostra que, se tem alguém beneficiado da base governista, não sou eu.

Gostaria que o Deputado Soldado Sampaio dissesse o nome de quem é beneficiado, e não chegar aqui e colocar os colegas em xeque na imprensa, dizendo que tem colegas na base governista que estão sendo

beneficiados com faturas, com terras. Dê os nomes, Deputado, porque, como disse o Deputado Erci de Moraes, assim são colocados em xeque todos os Deputados. Não podemos chegar para a imprensa e dizer que foi tirado o direito da oposição, porque não foram ouvidas as classes sociais. Foi dado tanto o direito que o jornal é claro quando diz: “pedido de vista da oposição adiou a votação do Projeto das Terras”. Parabéns! É um direito legítimo Deputado Soldado.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – O Senhor pode me conceder um aparte, Deputado?

O Senhor Deputado **Ivo Som** - Com certeza, Deputado, não vou deixar expirar o meu tempo não, como Vossa Excelência.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Soldado Sampaio** - A intenção não era essa não. O Presidente Chagas se equivocou, porque o assunto era bem maior, ainda cortei pela metade a minha fala. Eu sempre gosto de prestigiar os colegas e agradeço pela sua boa vontade. Primeiramente Deputado, fiz o meu discurso em cima de uma lógica. Posicionei-me favorável à audiência pública, porque ela poderia nos ajudar para ter maior clareza no processo de discussão. Em momento algum duvidei do relator, pelo contrário, tenho até lhe parabenizado nesta Casa e na mídia, pelo excelente trabalho que está fazendo. Agora, quem disse que aprovaria essa lei doa a quem doer, não fui eu, foi o Deputado Xingú. “A oposição pode esparnar como quiser, mas a lei será aprovada ainda no Governo Anchieta”. Essas foram as palavras do Deputado Xingú, ainda esta semana.

Segundo. Eu falei que começava a me preocupar com o atraso do duodécimo dos poderes, pois não houve queda de receita, pelo contrário, tem havido excesso de arrecadação do FPE, da receita própria. Preocupou-me o atraso do duodécimo, associando uma coisa com outra. Eu comecei a imaginar. E fiz a pergunta, pois foi um questionamento feito nas redes sociais, que têm razão quando falam que há uma vontade política. Inclusive, Deputados, não fui eu quem falou, foram as redes sociais em vários links: será que há uma vontade política por parte da base governista de aprovar a lei de terras a toque de caixa sem a devida discussão? Por que eu fiz a pergunta que está atrasando o duodécimo dos poderes? O que aconteceu com esse dinheiro, no pagar das luzes desse governo? Aqui ninguém é criança, Deputado, nós sabemos como funcionam os bastidores da política. Nós sabemos que no final de governo é um Deus nos acuda. Quem tiver mais influência recebe suas faturas, haja vista que o governo do Estado tem milhões e milhões para pagar de dívidas anteriores. Tenho alguns questionamentos que me deixam muito preocupados, sobre o que está acontecendo e o porquê dessa urgência de aprovar a Lei de Terras. E disse mais, por que não deixar para o próximo Governo, pois teríamos muito mais tranquilidade de aprovar e esta Casa não sofreria desgaste como sofreu na questão dos chips. Se tiver alguém defendendo esta Casa aqui sou eu. Agora, aprovar uma lei dessas, no apagar das luzes de um governo de oito anos, que afundou as terras de Roraima é preocupante. Diante dessa preocupação eu não posso ficar calado e vou me manifestar nos quatro cantos deste Estado. Em momento algum levantei alguma suspeita sobre o Deputado. Agora, as redes sociais são uma ferramenta importantíssima porque dão acesso ao cidadão comum começar a fazer vários questionamentos e, nós, Deputado, estamos sendo observados diariamente pelos cidadãos através das redes sociais. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Ivo Som** continua. – Concedo um aparte ao Deputado Brito Bezerra.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Brito Bezerra**. – Quero louvar a atitude do Deputado Ionilson e quero dizer que tenho ciência de que ele se debruçou nos trabalhos de relatoria da Lei de Terras. Sou consciente de que o Deputado Ionilson jamais traria para o corpo da lei algo que comprometesse o desenvolvimento econômico sustentável do nosso Estado. Tenho conhecimento de que há 20 emendas para serem apresentadas na comissão e inseridas no corpo do projeto. Eu tenho consciência que esta Casa sabe que é de primordial importância para o Estado a aprovação dessa lei. Mas tenho consciência também que o Deputado Sampaio busca trazer a esta Casa a sociedade organizada, o agronegócio, a agricultura familiar. Enfim, que todos os nossos esforços, Deputado Ivo Som, sejam em torno da aprovação de uma lei que nos traga orgulho e que possa atender as demandas do único setor que pode trazer o desenvolvimento econômico para o Estado, que é o setor produtivo.

Eu me preocupo muito com essa lei. Estava lendo hoje, no caderno cidade, página 7 do jornal Folha de Boa Vista, que o Presidente do ITERAIMA está afirmando que concedeu 300 títulos definitivos de lotes urbanos no Cidade Satélite. Sabe por que isso me preocupa? Porque não existe legislação pertinente para conceder títulos definitivos em lotes urbanos, Deputado Ivo Som. Não existe legislação pertinente para um Presidente de instituto estar concedendo título definitivo; não tem lei,

está errado; esses títulos não têm validade. Portanto, essa lei, se aprovada nesta Casa, tem que ser uma lei que traga segurança jurídica ao setor produtivo do Estado de Roraima, tanto da agricultura familiar, como do agronegócio. Portanto, a preocupação do Deputado Soldado Sampaio é pertinente; e trabalho do nosso relator é pertinente. Esta Casa tem que estar imbuída dessa consciência. Parabéns para Vossa Excelência, por ter trazido este assunto para a tribuna hoje.

O Senhor Deputado **Ivo Som** continua. – Obrigado pelos apartes do Deputado Soldado Sampaio e Brito Bezerra. Os pedidos de vista dos Deputados Brito e Soldado Sampaio têm um prazo regimental, para que de novo, o projeto seja devolvido às comissões e a gente possa votá-lo dentro da legalidade. Agora, o que não pode haver são pais de famílias penalizados porque o Estado está parado. Se alguém errou, vai ter que pagar; tem que ser punido. Agora, quem errou não pode prejudicar quem acertou. Quem acertou tem que ter o seu título sim. O ITERAIMA não pode ficar parado. Foi dito pelo advogado que as pessoas que erraram vão responder na justiça. E nada impede que seja visto com clareza para que não atropela a lei. Agora, pessoas que há 30, 40 anos têm um pedacinho de terra e não tem o seu título para poder financiar a sua propriedade e poder comprar o seu gado, a sua galinha, aí é covardia. Não podemos ver essas pessoas humildes, trabalhadoras, serem penalizadas. Por isso há essa necessidade de se votar essa lei das terras.

Eu quero finalizar, Senhor Presidente, dizendo que fico preocupado com a questão do aumento do combustível no Brasil. Hoje eu assisti uma reportagem, dizendo que o norte tinha a gasolina mais cara do Brasil. O Acre, em primeiro lugar, onde a gasolina vai passar de 3,38 para quase três reais e sessenta centavos. Rondônia, de 3,19, vai para 3,40 e Roraima vai passar de 3.13 para 3.40 ou 3.50, um aumento de quase 32% no combustível. Isso é que o povo de Roraima não aguenta mais. O Senado Federal já tem assinaturas para aprovar uma CPI das mazelas feitas na PETROBRAS. E o Brasil, desde janeiro, está comprando 50% do seu combustível de outros países. E quem vai pagar a conta é o contribuinte brasileiro. Isso nós não podemos aceitar. A partir de primeiro de abril, vai haver aumento da gasolina, onde o maior aumento será na região norte. E isso nós não podemos aceitar.

Eu fico preocupado com o povo brasileiro. Chega de tanto imposto! O povo brasileiro não aguenta mais isso. Parabenizo, por último, o Deputado Federal Alexandre Molon, pelo seu projeto da Internet, aprovado na Câmara Federal, legitimando a expressão da vontade, mas também as novas normas e penalidade às pessoas que cometerem crimes na Internet brasileira. Parabéns à Câmara Federal e a este grande Deputado Federal do Rio de Janeiro, que conseguiu, por quase 89% dos votos aprovar o marco civil da Internet no Brasil. No mais, muito obrigado, espero que a minha PEC do voto aberto seja aprovada em breve nesta Casa.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Encerrado o Grande Expediente nesta Casa, passamos para a Ordem do Dia: discussão e votação do Projeto de Lei Complementar nº 06/14, que altera a Lei Complementar nº 081, de 10 de novembro de 2004, e a Lei Complementar nº 197, de 10 de maio de 2012, e dá outras providências, de autoria governamental; Requerimento nº 032/14, convocando o Secretário de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Senhor Herbson Jairo Ribeiro Bantim, para prestar informações, conforme Requerimento nº 01/13, de autoria da Comissão de Pecuária e Política Rural, pedido reiterado através do Requerimento de Pedido de Informação nº 01/14, aprovado em Sessão Plenária, de autoria do Senhor Deputado Gabriel Picanço; Requerimento nº 030/14, da Comissão Especial Interna, criada nos termos da Resolução nº 039/13, para analisar e dar parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 004/13, requerendo, após ouvir o plenário, prorrogação de prazo para funcionamento por igual período; Requerimento nº 031/14, da Comissão Especial Externa, criada nos termos da Resolução nº 024/13, que acresce o parágrafo 7º ao Artigo 27 e parágrafo 3º ao artigo 28 da Constituição Estadual, e dá outras providências, requerendo, após ouvir o plenário, prorrogação de prazo para seu funcionamento por 60 dias.

Como o projeto já foi votado e discutido ontem, eu não vejo a necessidade de fazer a leitura novamente. Portanto, coloco em discussão em segundo turno o Projeto de Lei Complementar nº 06/14,

Não havendo quem queira discutir o projeto, coloco-o em votação. A votação será nominal e eletrônica: votando sim, os deputados aprovam o projeto e votando não, os deputados rejeitam o projeto.

Solicito à abertura do painel para a votação.

O Senhor Deputado **Mecias de Jesus** pede Questão de Ordem. – Senhor Presidente, eu gostaria que Vossa Excelência verificasse se há quórum agora para garantir o quórum mínimo de votação. Eu vejo que no painel tem. Seria bom verificar se tem no plenário.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro Secretário (**Chicão da Silveira**) – Senhor Presidente, estão presentes em plenário 15 Deputados.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Esta é uma matéria que precisa de 13 votos para aprovação. Por isso coloco em votação a matéria. Comunico que os Senhores Parlamentares têm um minuto para, querendo, justificarem seu voto. Votando “sim”, os Senhores Deputados aprovarão a matéria e, votando “não”, rejeitam-na.

Coloco em votação, em segundo turno, o Projeto de Lei Complementar nº 06/14.

Solicito a abertura do painel eletrônico para a votação. Dou por aprovado, em segundo turno, o Projeto de Lei Complementar nº 06/14, com emendas, por 17 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Requerimento nº 032/14, de autoria do Deputado Gabriel Picanço.

O Senhor Primeiro Secretário (**Chicão da Silveira**) – (Lido o Requerimento nº 032/14).

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Em discussão o Requerimento de autoria do Deputado **Gabriel Picanço**.

O Senhor Deputado **Naldo da Loteria** – Senhor Presidente, acho que a matéria poderia ter até uma maior relevância, pois o Secretário de Agricultura Berinho Bantim vai voltar, a partir de sexta-feira que vem, para assumir a Câmara Federal. Então, aprovemos o requerimento hoje para que a Mesa Diretora marque com o Secretário uma data. Acho que se colocar o nome do Secretário Adjunto, que é quem realmente está andando o Estado todo, o Berinho Bantim estava lá só salvando o morto e já está voltando para a Câmara. Então, acho que perdeu o objeto.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** – Senhor Presidente, gostaria que o senhor convocasse o Secretário para, no máximo, terça-feira. Ele foi convocado em setembro. De setembro para cá já poderia ter nascido um menino prematuro e ele não teve a consideração de atender este Parlamento. Gostaria que Vossa Excelência o convidasse para que viesse aqui dar explicações sobre o documento, o Ofício nº 001, datado do dia 17 de setembro, e depois, foi aprovado neste parlamento, no dia 09 de janeiro, convite para que viesse aqui e ele não veio. Então, queria que Vossa Excelência usasse do prestígio do cargo de Presidente para que o convidasse para que ele viesse prestar os esclarecimentos.

O Senhor Deputado **Jean Frank** – Senhor Presidente, sigo o mesmo pensamento do meu amigo Deputado Naldo, tendo em vista que dia 05 ele deixará de ser Secretário de Agricultura e volta a ser Deputado Federal. Então eu peço ao colega Deputado Gabriel que altere: ao invés de convidar o Secretário, que convide o adjunto.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Senhor Presidente, me preocupa essa fala do Deputado Naldo em dizer que dia 05, dia 06, é um novo governo. Para mim não é um novo governo. Está apenas mudando o Governador pelo vice que foi eleito na mesma chapa, que, a princípio, não tem nenhum tipo de ruptura e boa parte do secretariado deve ser mantida. Como, também, quem dirá que o Deputado Berinho vai se afastar ou não da Secretaria? Não temos tanta certeza. A questão é que a administração é contínua. Ontem eu ouvi discursos aqui com relação à SEGAD. “A Secretária de Administração não pode aparecer, não pode dar explicações porque é uma nova”. Ela tem oportunidade, como Secretária, de vir aqui e até aproveitar o momento para, além de dar as explicações que estão sendo solicitadas, de prestar contas desse tempo que esteve à frente das secretarias. Então, acho que não podemos nos enveredar com essa fala, até porque tenho interesse em algumas informações que foram solicitadas.

O Senhor Deputado **Ivo Som** – Já foi dito pelos colegas, Senhor presidente, é só mudar o teor, uma vez que perderá o sentido chamar o Secretário que sairá dia 05.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** – Deputados, só perde o fundamento se Vossas Excelências não aprovarem. Em setembro Vossas Excelências aprovaram e ele não veio. Em janeiro, foi aprovado outra vez o convite e ele, novamente, não veio.

O Senhor Deputado **Chicão da Silveira** – Senhor Presidente, pela forma desrespeitosa que o cidadão não atendeu ao Pedido de informação da comissão, ele tinha que vir sim aqui dar satisfação a esta casa. Ele tinha que vir sim. Esta Casa tem que convocá-lo para vir aqui. Não podemos admitir esse desrespeito com o Poder Legislativo.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Não havendo mais nenhum Deputado que deseje discutir a matéria, coloco-a em votação. A votação será nominal/eletrônica. Votando “sim”, os Senhores Deputados aprovarão a matéria e, votando “não”, rejeitam-na.

Coloco em votação o Requerimento.

Solicito a abertura do painel eletrônico para a votação. Dou por aprovado o Requerimento nº 032/14 por 17 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção.

Solicito que a Secretaria Legislativa marque a data para a Audiência com o Secretário de Agricultura.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura dos

Requerimentos nº 030 e 031/14.

O Senhor Primeiro Secretário (**Chicão da Silveira**) – (Lido os Requerimentos nº 030 e 031/14).

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Em discussão os Requerimentos nº 030 e 031/14. Não havendo mais nenhum deputado que deseje discutir a matéria, coloco-a em votação. A votação será simbólica. Os Senhores Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão. Aprovado.

Não havendo mais matéria para a Ordem do Dia, passamos para o Expediente de Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado Gabriel Picanço – Senhor Presidente, queria que Vossa Excelência, por favor, usasse do mandato de Presidente e determinasse que a Audiência fosse marcada para terça-feira. O Secretário Berinho nem pode pedir prazo, pois foi convidado dia 17 de setembro de 2013, depois foi convidado dia 09 de março de 2014, então, ele teve muito tempo para ter se preparado.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Senhor Presidente, queria aproveitar para felicitar o Partido Comunista do Brasil pelos seus 92 de existência no Brasil. Fica aqui a nossa homenagem a todos os filiados do PCdoB e aos 28 anos de Roraima. Era isso, Senhor Presidente. Obrigado.

O Senhor Deputado **Ivo Som** – Senhor Presidente, só por questão de justiça, foi circulado há tempos atrás que nenhum secretário de estado iria deixar a pasta até o último dia do Governador Anchieta. Segundo informações, hoje, no Viva Juventude, foi anunciado a entrega dos cargos de Secretários da Shéridan de Anchieta da PHD como, também, da Fernanda do SETRABES e outros Secretários que anunciarão a sua saída até amanhã. Então, desmentindo mais uma vez aqueles que disseram que o pessoal não teria coragem de entregar seu mandato de secretários até o dia 05, mais uma vez, comprova que esses Secretários, acima de tudo, estão tranquilos.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Não havendo mais nenhum deputado que deseje fazer uso da palavra no Expediente de Explicações Pessoais e não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a Sessão e convoco outra para o dia 1º de abril, à hora regimental. Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Ângela Portela, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Chicão da Silveira, Coronel Chagas, Diego Coelho, Erci de Moraes, Gabriel Picanço, George Melo, Ionilson Sampaio, Ivo Som, Jânio Xingú, Jean Frank, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Soldado Sampaio e Zé Reinaldo.**

Ata Sucinta aprovada em: 01/04/2014

ATAS COMISSÕES

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL EXTERNA E INTERNA CRIADA NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 013/14 QUE ALTEROU AS RESOLUÇÕES Nº 011/14 E Nº 005/14

Ao primeiro dia do mês de abril do ano de dois mil e catorze, às doze horas e trinta minutos, na Sala de Reuniões, altos do Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, desta Casa Parlamentar, sito à Praça do Centro Cívico, 202, reuniram-se a **Comissão Especial Externa e Interna criada nos termos da Resolução nº 013/14 que alterou as Resoluções nº 011/14 e nº 005/14**, para analisar e dar Parecer ao Projeto de Lei nº 009/14, que, “Dispõe sobre a Política de Regularização Fundiária Rural do Estado de Roraima e dá outras providências”; e Proposta de Emenda à Constituição Nº 001/14, que, “Altera e acrescenta Dispositivos à Constituição do Estado de Roraima e dá outras providências”, ambos de autoria do poder executivo. Sob a presidência do Senhor Deputado Zé Reinaldo. **Abertura:** O Senhor Presidente solicitou à secretária desta Comissão proceder a verificação de quorum, constatada a presença de cinco Deputados, portanto, número regimental suficiente para declarar a abertura dos trabalhos. Prosseguindo, solicitou à Secretária da Comissão proceder a leitura da Ata da Reunião anterior. A requerimento do Senhor Deputado **Ionilson Sampaio**, foi dispensada a leitura da Ata, cujo teor já era de conhecimento dos Senhores Deputados devido a distribuição de cópias, com antecedência, a todos os Membros da Comissão. Acatada a questão de ordem, a Ata foi submetida à discussão e, como não houve nenhuma retificação por parte dos Membros, foi submetida à votação, sendo aprovada por unanimidade dos Senhores Membros presentes, da Comissão. **Expediente:** Não houve. **Ordem do Dia:** Projeto de Lei nº 009/14, que, “Dispõe sobre a Política de Regularização Fundiária Rural do Estado de Roraima e dá outras providências” e Proposta de Emenda à Constituição Nº 001/14, que, “Altera e acrescenta Dispositivos à Constituição do Estado de Roraima e dá outras providências”, ambos de autoria do Poder Executivo. O senhor Presidente, após anunciar a Ordem do Dia informou à Comissão que as Proposições epígrafadas

encontravam-se com Pedido de Vistas do Deputado Brito Bezerra, o qual devolveu-as com Relatório de Pedido de Vista recomendando alterações, no entanto, não anexou nos autos as Emendas propostas. Logo após o senhor Presidente, passou a palavra ao Senhor Relator, Deputado Ionilson Sampaio que, estando com a palavra informou que constatou a necessidade de apresentar Emendas as Proposições e solicitou ao senhor Presidente a permissão para fazer uma explanação das mesmas de maneira informal, sem gravação. O Senhor Presidente, concordando com a solicitação do Senhor Relator lhe devolveu a palavra. Seguindo o Senhor Relator, Deputado Ionilson Sampaio iniciou a explanação das Emendas, ao fim da explanação sugeriu ao Presidente da Comissão Deputado Zé Reinaldo que desse início ao processo de votação das Emendas. Atendendo a solicitação do Relator, o Senhor Presidente, determinou a assessoria a verificação de quorum para votação. Contatada a falta de quorum regimental para votação o Senhor Presidente, transferiu a Ordem do Dia para o dia 02 de abril do corrente, durante a suspensão da Sessão Plenária, para análise da matéria, ou ao término da mesma. **ENCERRAMENTO:** Às treze horas, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, e para constar, eu, Márcia Brito Wanderley, Secretária, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação.

Deputado Zé Reinaldo
 Presidente da Comissão

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL EXTERNA E INTERNA CRIADA NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 013/14 QUE ALTEROU AS RESOLUÇÕES Nº 011/14 E Nº 005/14

Ao quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e catorze, às quinze horas e trinta minutos, no Plenário deputada Noêmia Bastos Amazonas, desta Casa Parlamentar, sito à Praça do Centro Cívico, 202, reuniu-se a **Comissão Especial Externa e Interna criada nos termos da Resolução nº 013/14 que alterou as Resoluções nº 011/14 e nº 005/14**, para analisar e dar Parecer ao Projeto de Lei nº 009/14, que, “Dispõe sobre a Política de Regularização Fundiária Rural do Estado de Roraima e dá outras providências”; e Proposta de Emenda à Constituição Nº 001/14, que, “Altera e acrescenta Dispositivos à Constituição do Estado de Roraima e dá outras providências”, ambos de autoria do Poder Executivo. **Abertura:** O Senhor Presidente ao abrir a reunião chamou nominalmente os Senhores Parlamentares, constatando presença dos Senhores Deputados: **Gabriel Picanço, Ionilson Sampaio, Soldado Sampaio, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra e Erci de Moraes e Ausentes os Senhores Deputados Mecias de Jesus e Naldo da Loteria.** Em prosseguimento agradeceu a presença de todos, dos servidores, e na pessoa do Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, cumprimentou a todos que visitam a Casa nesta tarde, e solicitou à Secretária da Comissão que procedesse à verificação de quorum constatada a presença de sete, portanto, quorum regimental suficiente para declarar a abertura dos trabalhos. Na sequência, solicitou à Secretária da Comissão proceder à leitura da Ata da Reunião anterior. Em questão de ordem, o Senhor **Deputado Brito Bezerra**, se manifestou solicitando que a Ata da reunião anterior fosse lida na íntegra, e observou que havia uma Ata e que havia necessidade de uma outra Ata para ser lida na íntegra para dar ciência a todos os Deputados presentes, bem como para sociedade civil organizada, que está assistindo e que iriam aguardar a outra Ata para dar prosseguimento à reunião. A secretária da Comissão justificou que a outra Ata é muito extensa e não houve tempo para fazer e que iriam aguardar a conclusão da Ata para ler e dar ciência aos demais Deputados, e que isso é o correto. O Senhor **Deputado Soldado Sampaio**, com pedido de Ordem, disse que queria somar com o **Deputado Brito Bezerra**, haja vista a relevância que foi a última reunião desta Comissão na sala de reuniões, e destacou a presença naquela do representante da PGE que deu grande contribuição, também o representante do agronegócio, a presença da OAB, que, inclusive trouxe matéria para decisão da Comissão, um requerimento da Ordem dos Advogados, solicitando uma Audiência Pública. O referido requerimento foi colocado em votação naquele momento por quatro votos a três, portanto rejeitando. A votação foi simbólica, a oposição fez questão de registrar seus votos e manifestou o desejo de ver a Ata, quer assiná-la e vê se o seu voto foi registrado contrário haja visto que defendeu e defende a Audiência Pública requerida pela OAB, não só para atender a OAB, mas o Agronegócio, a PGE, a Associação dos Advogados Públicos bem como a Agricultura familiar, e que dessa forma gostaria de vê e que fosse lida a Ata da Reunião anterior, para vê se o seu posicionamento foi registrado em Ata. O

Senhor **Deputado Brito Bezerra**, com pedido de Ordem explicou que a Ata da reunião anterior que estava sobre a mesa era apenas o encerramento onde foi votado em Comissão a deliberação do requerimento da OAB, no entanto, observou, que a Ata tão importante como aquela, senão a mais, é a Ata em que consta que foi ouvido, em Comissão, o setor produtivo, a OAB, a PGE, desta Casa Legislativa, através do Dr Marcus, dos Deputados da Comissão. Observou que Ata é muito mais extensa e tão importante é necessário ter esta Ata para ser lida e para começar a deliberar os trabalhos, para decidirem de que ponto devem partir, e reafirmou a grande importância da leitura da Ata para dar clareza aos trabalhos desta Comissão. Na continuidade o Senhor **Deputado Flamarion Portela**, solicitou a palavra, em questão de Ordem, a qual lhe foi concedida pelo Presidente da Comissão. Estando com a palavra, o Senhor **Deputado Flamarion** observou que a presença do Presidente da OAB o questionou sobre reunião anterior, se havia saído ciente que haveria uma Audiência Pública. O Senhor **Jorge Fraxe**, lhe respondeu que sim, que era verdade, que usou a palavra, que fez elogios à Casa de que realmente ela teve uma atitude magnânima, ao Presidente da Comissão **Deputado Zé Reinaldo**, pessoa que tem o espírito democrático elevado. Seguindo o Senhor **Deputado Flamarion** observou que após a reunião, na qual o Presidente da OAB esteve presente, haveria uma Sessão na qual seria deliberada uma Proposição que discutiria a elevação do número de policiais para dar segurança aos ex-governadores, mais precisamente ao **Governador José de Anchieta Junior**. Explicou que de imediato se reconvocou a Comissão para Decidir se aprovaria ou não o Requerimento da Ordem dos Advogados do Brasil-RR, e que a reunião foi aberta pelo Presidente da **Comissão Zé Reinaldo**, porém não foi feita a Leitura da Ata da reunião anterior e explicou, não havia tempo hábil e que gostaria de deixar de forma clara que os servidores da Assembleia não são culpados, em seguida submeteu o requerimento à aprovação, que foi negado pela maioria dos Membros Presentes da Comissão com voto contrário da Oposição, foi negada uma Audiência Pública à OAB-RR. Continuando destacou que ficou claro que se formaria uma Comissão e que a OAB faria parte integrante dessa Comissão. Acrescentou que negando à Ordem uma audiência estão negando à Ordem em participar de uma Comissão formada pela OAB, Agronegócio, com os interessados ao tema que é relevante para o Estado de Roraima. Portanto essa Ata é de fundamental importância que seja lida, porque nela consta a propositura de toda organização que participou daquela reunião, enfim concordou com o Senhor **Deputado Brito Bezerra**, que essa Ata é fundamental e não se pode fazer uma reunião sem a sua leitura, onde consta a essência da reunião, ocorrida no dia dois. Finalizou agradecendo ao Senhor Presidente da Comissão. A Senhora **Deputada Aurelina Medeiros**, dizendo que, até que lhe provassem o contrário, havia uma Ata sobre a mesa e que nunca tinha ouvido falar na Assembleia que se lê Ata integralmente, conforme a taquigrafia registre, que isso é publicado no Diário oficial da Assembleia. Continuou dizendo que, a não ser que estivesse enganada, mas se encontrava sobre a mesa uma Ata e que não tem um pedaço de Ata escrito, existe uma Ata, e sugeriu que a Ata da última reunião fosse lida e colocada em votação. O Senhor Presidente, registrando a presença do Senhor **Deputado Mecias de Jesus**, lhe concedeu a palavra. O Senhor **Deputado Mecias de Jesus**, disse que o bom senso recomenda que todas as lacunas legais sejam preenchidas, que existe uma Ata da última reunião, que não esta posta sobre a mesa, portanto se esta reunião prosseguir sem a Ata da reunião, poderá se tornar inválida. Informou que esta observação fazia de forma legal, afirmando que sobre a mesa havia a Ata da penúltima reunião, o que foi discordado pelos demais Deputados que lhe informaram que a Ata da última reunião estava sobre a mesa, e o Senhor **Deputado Brito Bezerra**, disse que no seu entendimento foram feitas duas reuniões em uma só Continuando o Senhor **Deputado Mecias de Jesus**, assim se manifestou: “Então o negocio bagunçou”. O Senhor **Deputado Mecias de Jesus**, requereu ao Senhor **Presidente Zé Reinaldo** para suspender a reunião para assessoria fazer a Ata, e em seguida reabriria a reunião com a leitura da Ata, pois entende que seria o mais sensato no momento considerando que em trinta minutos a secretaria faria a nova Ata, pois acredita na competência da assessoria da Casa. O Senhor **Deputado Ionilson Sampaio**, pediu questão de ordem que foi concedida pelo Senhor Presidente. Estando com a palavra, pediu encarecidamente que as pessoas que estão presentes legitimamente ajudassem à Comissão na discussão desta matéria. O Estado de Roraima precisa desta Lei. Que a Assembleia não está votando a Lei do Anchieta ou a Lei do Chico Rodrigues ou a Lei de quem quer que seja. Esta é uma Lei do Estado e que pretende uma discussão extremamente técnica, onde os

artigos são complexos. Explicou que a Comissão se reuniu com o setor produtivo, que deram sugestões que se encontram com a relatoria em forma de Emenda, estando o Presidente da OAB e é saudável que todos estejam ouvindo prestando atenção. Mas quando se começa a trabalhar em uma Lei que tem noventa e seis artigos e há gritos enxovalhamentos, fica impossível a deliberação da matéria. Pediu a colaboração e a compreensão, bem como a colaboração dos Senhores Deputados da oposição nesta questão para que a comissão pudesse manter um ritmo de trabalho saudável para poder avançar. O Senhor **Deputado Gabriel Picanço**, pediu questão de ordem que lhe foi concedido pelo Senhor Presidente da Comissão. Estando com a palavra, observou que esta é uma das Leis de maior envergadura, que está sendo aprovada nesta casa, e gostaria que ela fosse aprovada com muita calma e com muito juízo, porque esta Lei é para gerações futuras, que não é para hoje e nem para amanhã e o que for aprovado hoje nesta Casa, será para gerações futuras. Portanto não se pode cometer nem um equívoco de qualquer natureza e sugeriu ao relator para não aprovar esta Lei hoje, deixar para aprovar na segunda feira, terça, quarta, quinta ou sexta-feira já com o próximo Governador. A Senhora **Deputada Aurelina Medeiros**, com pedido de Ordem concedido pelo Senhor Presidente, disse que gostaria de convidar os dois moços que estão na galeria, comandando, que tragam suas emendas para colaborar com a Comissão, tragam mudanças para Lei e reiterou que poderiam trazê-las, se dirigindo aos moços, disse: “tragam, nós estamos convidando vocês, venham colaborar com a gente”. O Senhor Presidente, retomando a palavra, informou à Comissão que iria suspender a reunião por vinte minutos para inserir o que der de informações na Ata, e após sua aprovação, será publicada em Diário oficial. Às dezesseis horas e quarenta minutos, o Senhor Presidente da comissão **Deputado Zé Reinaldo**, suspendeu a reunião. Às dezenove horas, o Senhor Presidente da comissão, Zé Reinaldo reabriu os trabalhos convidando os Senhores Membros da Comissão para tomar assento ao Plenário, e em nome da Presidência desta Casa, dava boas-vindas a todos que ali se encontravam: aos Senhores visitantes, aos familiares, à classe produtiva, aos empresários e na pessoa do Senhor **Jorge Fraxe**, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil em Roraima, cumprimentar as demais autoridades presentes. Seguindo, o Senhor Presidente nominou todos os Membros da Comissão. Registrando que a Comissão continua com seus trabalhos em aberto, solicitou à secretária que apresentasse a Ata da reunião anterior e que procedesse à verificação de quorum. Constatada a presença de oito Deputados Membros da Comissão, portanto número regimental suficiente para dar prosseguimento à reunião. Dando prosseguimento, explicou que a pedido e aprovado pela Maioria dos Membros da Comissão fosse feita a Leitura da reunião anterior na íntegra e que iria dar continuidade aos trabalhos desta Comissão até o momento em que tivesse que ser suspensa para a realização da Sessão Solene para a posse do novo Governador, a quem estamos aguardando nesta Sessão. O Senhor **Deputado Brito Bezerra**, com pedido de questão de ordem, concedido pelo Senhor Presidente da Comissão, disse que em entendimento com os Deputados da Oposição, tendo em vista que este é um momento solene da posse do próximo Governador do Estado, o Senhor **Chico Rodrigues**, explicou que é uma sugestão da oposição e pediu apoio ao Senhor **Deputado Jalsner Renier**, **Deputado Zé Reinaldo**, **Deputado Erci de Moraes**, dizendo que, a oposição entrou em consenso para que a reunião fosse encerrada, dando continuidade aos trabalhos na terça-feira para votação da Lei das Terras, da PEC das terras, para se votar com mais clareza. O Senhor **Deputado Jalsner Renier**, presente na reunião, pediu a palavra, que lhe foi concedida pela presidência da Comissão. O Senhor **Deputado Jalsner Renier**, se dirigindo-se ao Senhor Presidente, observou, que o artigo 67 do Regimento Interno deste Poder ampara e decide de maneira monocrática qualquer decisão, proferida pelo Presidente sem consultar o Plenário. Disse, e, relação à Ata, que o o Presidente dos trabalhos pode conceder ou não ao Plenário analisar, que esse é o número um, e que a Lei das Terras tem que ser votada hoje, pois a oposição representa a minoria, e quem manda na Assembleia é a maioria, não é meia dúzia de pessoas que se encontra no Plenário que vai impedir que esta Lei seja votada hoje. Com a palavra, o Presidente da Comissão solicitou ao Presidente da Casa, **Deputado Chico Guerra**, para tomar as devidas providências com relação às pessoas que ocupam o Plenário, e concedeu a palavra ao **Deputado Chico Guerra**, Presidente da Assembleia Legislativa de Roraima, que se dirigiu às pessoas que assistiam à reunião, dizendo que nesse Projeto existem mais de trinta Emendas, as quais foram bastante discutidas e o projeto tramita na casa há noventa dias, quando

foi aberta a oportunidade às discussões para todas as entidades A Comissão reuniu várias vezes, trabalhando com o apoio de algumas entidades para elaborar uma Lei que atenda a todos. Ao questionar qual a diferença entre votar hoje ou amanhã, explicou que o processo foi politizado e teria que ser uma questão técnica, informou que a Comissão está reunida, constando nos autos todas as Emendas oferecidas. P disse contar com a compreensão de todos, a Assembleia Legislativa sempre abriu suas portas para ouvir todos os segmentos da sociedade, solicitando a reciprocidade dos presentes. Explicou que já recebeu várias entidades representadas neste momento, já houve discussões, a Assembleia foi parceira em uma série de ações e contaria com a reciprocidade, com carinho e respeito que sempre receberam da Presidência desta casa, enfatizou que sempre agiu assim e que com as Leis das Terras também, e que muitos dos presentes são testemunhas vivas, respondendo à provocação dos presentes questionou se uma Audiência Pública iria resolver a questão e explicou que tem vinte e quatro anos de Parlamento e disse: “não resolve, não”. Continuando pediu novamente a reciprocidade, tendo em vista o que vem fazendo há três anos à frente da Assembleia, onde sempre os recebeu com respeito, gostaria que todos respeitassem os parlamentares e devolveu a palavra ao Senhor Deputado Zé Reinaldo Presidente da Comissão o qual convidou o Senhor Relator da Comissão **Deputado Ionilson Sampaio**, para se fazer presente. Em questão de ordem concedeu aparte ao Senhor **Deputado Soldado Sampaio**, que informou que sua intenção era ajudar a Comissão a avançar os trabalhos, esclarecendo ao Senhor **Deputado Jalsner Renier**, que não pretende fazer um pedido de vista e que o artigo 67 citado trata de pedido de vista, mas não houve pedido de vista até então, pois o que foi votado na reunião foi pedido da leitura da Ata que para a sua confecção, a reunião foi suspensa. No momento, a Ata se encontra sobre a mesa para dar prosseguimento, atendendo o que foi solicitado na Comissão que é a leitura da Ata, se dirigindo ao Senhor **Deputado Jalsner Renier**, disse que o mesmo estava equivocado sobre a questão de pedido de vista de qualquer Deputado, e sim um pedido de leitura da Ata da reunião anterior, quando iniciou os trabalhos ainda não havia sido redigida. Com a palavra, o Senhor **Deputado Zé Reinaldo**, disse que acredita e tem confiança que esta Casa deva agir de acordo com a palavra do Senhor **Deputado Soldado Sampaio**, não só com esse compromisso, mas sim com todos os demais quando se trata de discussões de matérias. Dando continuidade concedeu a leitura da Ata, explicando que sua intenção era deixar claro que o trabalho da Comissão é transparente, que esta Casa não tem nada a esconder e que o Projeto de Lei das Terras contém as Emendas aqui apresentadas pelas instituições e categorias que participaram das reuniões e Audiências Públicas, realizadas em momentos anteriores. Seguindo, o Senhor Presidente passou a leitura da Ata ao Senhor **Deputado Brito Bezerra**. (Leitura da Ata) Após a leitura da Ata. O Senhor Presidente da Assembleia Legislativa **Deputado Chico Guerra** comunicou ao Presidente da Comissão, bem como a todos os Presentes que sobre a mesa já estava o Pedido de renúncia do Senhor **Governador José de Anchieta Junior**, solicitou ao Presidente da Comissão **Deputado Zé Reinaldo**, que suspender a reunião da Comissão para que a Assembleia Legislativa desse início à cerimônia de Posse do Novo Governador do Estado, o Vice-Governador, Senhor Chico Rodrigues. Às vinte horas foi suspensa a reunião. Às vinte e duas e vinte minutos, o Senhor Presidente da Comissão determinou à assessoria proceder a verificação de quorum, havendo quorum regimental reabriu os trabalhos da Comissão, convidando os Senhores Membros da Comissão para retomada dos trabalhos, iniciando com a discussão da Ata atendida a solicitação, concedeu a palavra ao Senhor Deputado Soldado Sampaio para discutir a Ata. O Senhor Deputado Soldado Sampaio observou que não queria discutir a Ata, mas levantar uma questão de ordem, citando o parágrafo 4º do artigo 145, dizendo que o referido artigo é bem claro quando diz que qualquer Deputado, em momento de discussão, pode requerer pela ordem, e pediu a atenção dos demais Deputados citando os Senhores Deputados: **Ionilson Sampaio**, **Erci de Moraes**, **Brito Bezerra** e **Gabriel Picanço**, Membros da Comissão, requerendo pela ordem, reclamou a devida observância e disposições expressas no Regimento Interno da Casa quanto ao artigo 54, observando que o mesmo é bem claro. Solicitou permissão ao Presidente da Comissão para ler o artigo 54: “A convocação de reunião extraordinária de comissão será publicada no Diário da Assembleia do Poder Legislativo, constando no Edital o seu objeto, dia, hora e local”, continuando leu o parágrafo único, observando que o mesmo é mais claro “se a convocação se fizer durante a reunião será comunicado aos Membros ausentes, dispensada a formalidade do artigo”. Explicou

que se na Ata constasse a convocação desta reunião, não haveria necessidade de publicação no Diário oficial da Assembleia, mas nas duas Atas apresentadas não consta a convocação da reunião que está ocorrendo no dia de hoje. Não sendo seguido o que prevê no artigo 54, que diz que esta convocação teria que ser feita através do Diário da Assembleia Legislativa, constando o seu objeto, dia, hora e local, continuando invocou o artigo 54 e requereu a suspensão da reunião, haja vista, que a mesma não está seguindo o rito do Processo Legislativo e, portanto, no seu entendimento, qualquer deliberação da Comissão esta sujeita à nulidade por não ter sido cumprido o rito do Processo Legislativo, e colocou seu requerimento, para decisão da Presidência da Comissão, com como pelos seus Membros, o pedido de suspensão desta reunião da Comissão Especial, haja vista que o mesmo não está seguindo o Regimento Interno da Casa. O Senhor Presidente suspendeu a reunião por dez minutos, solicitando ao apoio Legislativo informações relativas à questão de ordem do Senhor **Deputado Soldado Sampaio**. O Senhor **Deputado Jalsler Renier** solicitou a palavra para explicar que não estava acompanhando e questionou o conteúdo do artigo citado. O Senhor Presidente da Comissão explicou que foi o artigo 54, e sugeriu ao Senhor **Deputado Soldado Sampaio** que fizesse a leitura dos mesmo. O Senhor **Deputado Soldado Sampaio**: “Artigo 54, a convocação de reunião extraordinária de comissão será publicada no Diário da Assembleia do Poder Legislativo constando no Edital o seu objeto, dia, hora e local”, também leu o Parágrafo único, observando que ele é mais claro “Se a convocação se fizer durante a reunião, será comunicado aos Membros ausentes, dispensada a formalidade do artigo”. Informou que não consta na Ata da reunião anterior a convocatória desta reunião e nem foi publicado no Diário Oficial da Assembleia Legislativa, continuou dizendo entender que todas as deliberações feitas por esta Comissão não seguiram o Regimento e muito menos Técnica Legislativa no seu processo, e informou que seu pedido de suspensão da reunião, haja vista, que, no seu ponto de vista as decisões tomadas estão nulas por não cumprirem o Regimento Interno da Casa. O Senhor **Deputado Jalsler Renier** solicitou permissão do Senhor Presidente da Comissão para fazer uso da Palavra, que lhe foi concedido. O Senhor **Deputado Jalsler Renier**, se reportando ao Senhor **Deputado Soldado Sampaio**, observou que o artigo citado por ele não vai a fundo na discussão do momento, e que o Plenário é soberano, a Comissão pode ser transformada em Comissão Geral a partir do momento que o Presidente da Casa deliberar. Explicou ainda que o artigo 23 do Regimento Interno ampara essa decisão e que o mesmo diz exatamente quais atribuições do Presidente da Assembleia Legislativa, lembrou que anteriormente o Senhor **Deputado Soldado Sampaio**, havia lhe corrigido a respeito do artigo de pedido de vista, concordando disse que realmente o artigo era o 167, mas que no artigo 194, se não está enganado, pedindo apoio ao setor Legislativo caso esteja enganado. Explicando que, o Artigo 194 dá direito ao Presidente da Assembleia Legislativa dizer ou não em uma decisão monocrática se a votação pode ser ou não nominal ou se a Ata deve ser lida ou não. No tocante à Comissão Geral, se dirigiu ao Senhor Presidente, dizendo que o mesmo tem prerrogativa Legal e que a publicação do Diário Oficial deverá ocorrer a partir de segunda-feira, não existe nada que impeça que a Sessão possa ser realizada. Explicou ainda que a Sessão é de competência do Presidente que marca, que delibera e a Assembleia simplesmente chancela, homologa e publica no Diário Oficial. Disse que estava falando isso porque estava presente na Casa. O Senhor **Aniceto Wanderley**, que trabalhou dez anos nesta Casa sabia exatamente o que estava sendo colocado era a mais pura verdade. O Senhor Presidente explicou, ao Senhor **Deputado Jalsler Renier** que existe o Edital de convocação e que está dentro dos procedimentos da Comissão, e concedeu questão de ordem ao Senhor **Deputado Soldado Sampaio**, disse que não vislumbra, quando o **Deputado Jalsler Renier**, cita o artigo 194 e muito menos no artigo 23, explicando que, se fosse em uma Comissão conjunta, o Presidente da Casa poderia avocar e conduzir o processo, no entanto esta é uma Comissão Especial, criada por meio de Resolução. O Senhor **Deputado Jalsler Renier**, com a palavra, afirmou que Comissão Especial ou Comissão Conjunta é de competência do Presidente da Assembleia, e que se o Senhor Presidente da Assembleia quisesse dirigir os trabalhos da Comissão, neste momento, seria amparado pelo Regimento Interno. O Senhor **Deputado Soldado Sampaio**, disse que nesse caso estão lendo dois Regimentos diferentes, enquanto o Regimento Interno é bem claro no seu artigo 54, e ele queria colocar em questão de ordem, mas que de antemão não vê porque continuar esta reunião e que a partir desse momento vai recorrer a Justiça para anular qualquer decisão que venha

a ser tomada nesta Sessão que não tem efeito legal. Acrescentou que este Poder não ganha com essa queda de braço. A oposição está disposta a votar a Lei das Terras no domingo, na segunda pela manhã, tarde sem pressão da situação ou da oposição, e que existem todas as condições de construir uma Lei saudável que venha ajudar, pois o Regimento é bem claro no seu artigo 54 e, portanto gostaria que o Senhor Corregedor da Casa haja visto que no seu entendimento está sendo infringido, claramente, o Regimento Interno. Com a Palavra, a Senhora **Deputada Aurelina Medeiros**, observou que pela primeira vez em 20 anos que tem nesta Casa esta sendo exigido publicação de convocação de reunião de Comissão Extraordinária e que todas as Comissões desta casa foram convocadas e reuniram na hora em que foi necessário e solicitou para algum Deputado levantar e dizer que já foi publicado e desafiou que se encontrasse a publicação de convocação de reunião de Comissão de forma extraordinária. Reportando-se ao Senhor **Deputado Soldado Sampaio**, disse que desafiava que se encontrasse em qualquer Diário oficial desta Casa nos anos que ela existe e que hoje não está aqui para brincar de ser política, e, que se toma decisão e se decide o que houver ou não se decide, e que Deputado é Deputado ou pede renúncia do mandato. O Senhor Presidente da Comissão explicou que mesmo não fazendo parte da Comissão concedia a palavra ao Senhor **Deputado Flamarion Portela** que iniciou dizendo que iria colocar de forma clara e transparente que o Regimento Interno é um conjunto de normas que conduz e estabeleça as diretrizes do desenvolvimento dos trabalhos da Casa e acrescentou: “como aqui sempre se brinca de ser Deputado e nunca segue o Regimento Interno nunca, foi pedido o que está posto, mas que essa questão esta estabelecida, e que nunca foi feito, porque aqui se brinca de ser Deputado”, repetiu que o Regimento é claro e que o Senhor **Deputado Zé Reinaldo** é um homem que entende de Letras, e que no Regimento está dito de forma explícita, nunca se fez porque nesta Casa tudo funcionou a toque de cavalo ou a toque de caixa, mas está posto de forma clara. Referiu-se a Senhora **Deputada Aurelina**, dizendo que este é um processo democrático e que a oposição está usando a força do Regimento Interno para esclarecer à sociedade o que está acontecendo, e destacou que fazer a leitura do Regimento e dizer que não é explícito a convocação de reunião extraordinária de Comissão. Explicou ao Senhor Presidente da Comissão **Deputado Zé Reinaldo**, que como nas duas reuniões anteriores não houve convocação para esta reunião extraordinária, para poder acontecer esta reunião teria que ter sido publicado no Diário Oficial do Poder Legislativo. Não há o que duvidar, está claro e cristalino e que hoje está acontecendo um cabo de guerra, exercendo o que é de mais nobre do Deputado, usar o Regimento Interno, o que nunca foi feito porque sempre se brincou de ser Deputado. Questão de ordem concedida pelo Presidente da Comissão ao Senhor **Deputado Brito Bezerra** que parabenizou o Senhor **Deputado Zé Reinaldo** pela condução dos trabalhos, com e parcimônia que tem tratado os Membros da Comissão, mesmo sob pressão dos demais colegas, disse que gostaria que fosse registrado em Ata todas as suas palavras, tendo em vista que irão precisar desta Ata para pleitear, se necessário, a nulidade desta votação. E ao se reportar aos Senhores Deputados **Jalsler Renier**, **Flamarion Portela** e **Aurelina Medeiros** observou que os mesmos já tinham mais de seis mandatos, que essa queda de braço em uma sexta-feira após a Posse de um governador diminui e expõe esta Casa, pedindo para chegarem a um consenso para adiar para terça-feira, com a ajuda do Senhor Relator **Deputado Ionilson Sampaio**, tendo em vista que se houver votação a oposição vai pedir nulidade e, portanto a votação vai ser nula. A Senhora **Deputada Aurelina** pediu a palavra, e disse que tem muita vergonha de ser Deputada para ouvir aqui toda hora que o Judiciário vai decidir a vida do Legislativo. Isto é vergonhoso para um Poder, por isso que ninguém respeita este Poder. Ouvir toda hora de um Deputado que o Judiciário vai decidir sua vida é no mínimo não saber nem onde está. O Senhor **Deputado Brito Bezerra**, esse reportando à Senhora Deputada Aurelina Medeiros, disse que não é a sua vida e quando, os atos praticados sem ter amparo no Regimento têm que se pedir amparo no Judiciário e pediu para cumprir o Regimento. O Senhor Deputado Zé Reinaldo disse ao Senhor Deputado Soldado Sampaio que primeiramente ele havia lido o artigo e que no seu Parágrafo único não fala de Sessão anterior e fez a leitura do Parágrafo único do artigo 54 - “Se a convocação se fizer durante a reunião, será comunicada aos Membros ausentes, dispensada a formalidade do artigo,” e ainda destacou um segundo ponto, o Edital de Convocação foi feito, e que consta nos autos das Proposições que estão sendo discutidas. e sobre o terceiro ponto observou que, corroborando com o Senhor Deputado Flamarion quando que nunca

se agiu dessa forma, e que estão brincando de fazer trabalho de Deputado, destacou que sua fala é diferente: “No direito até onde eu sei, costume também é Lei,” e se nesta Casa o costume era de não publicar não serão essas Proposições que serão impedidas de ser votadas, por falta de publicação. Explicou que vai levar à votação e que tem certeza que a sociedade, depois de todos os procedimentos realizados, vai entender que nesta Casa não tem ninguém brincando de ser Deputado e sim procurando fazer o que é correto, com transparência e dentro da legalidade. O Senhor Deputado Soldado Sampaio, com pedido de ordem, explicou ao Senhor Presidente da Comissão que o artigo 54 é bem claro, que não é preciso lançar mão em costumes. O Senhor Presidente da Comissão, com a palavra disse que o artigo 54 é claro, mas a Casa age de costume diferente. O Senhor Deputado Soldado Sampaio, disse que não se precisa de costume que o Senhor Deputado Zé Reinaldo é formado em Direito, sabe que o costume não tem norma. O Senhor Deputado Zé Reinaldo colocou em votação o Requerimento Verbal de suspensão da reunião do Senhor Deputado Soldado Sampaio. O Senhor Deputado Soldado Sampaio falou: “Então se rasga o Regimento desta Casa que não serve de nada”. E, rasgando o Regimento continuou: “O Regimento desta Casa não serve de nada, rasgo o Regimento, o Senhor não respeita esta Casa, está rasgado Senhor Corregedor, esta aqui.” O Senhor Presidente continuou afirmando que as Matérias estavam em votação. O Senhor Deputado Soldado Sampaio, insistia disse: “Eu rasgo o Regimento desta Casa que não está sendo obedecido.” O Senhor Presidente continuando disse que as Matérias estavam em votação, sendo interrompido pelo Deputado Soldado Sampaio, que continuava na discussão do Regimento Interno, o Senhor Presidente disse: “rasgue, pode rasgar dez, vinte, trinta Regimentos, mas você com sua pressão não vai fazer esta Comissão ser subserviente a você”. “As Matérias estão em votação”. O Senhor Deputado Brito Bezerra interveio observando que as votações não poderiam ocorrer com este clima. O Senhor Deputado Jalsler Renier, lembrou que as votações teriam que ser pelo processo nominal. O Senhor Deputado Brito Bezerra reafirmou que não havia clima para as votações. O Senhor Presidente Zé Reinaldo disse: “o clima está saboroso e gostoso.” Continuando o Senhor Presidente disse: “Não tem problema, tá frio”. O Senhor Deputado Brito Bezerra, interrompendo a fala do Senhor Presidente, insistiu em dizer que não havia clima para as votações e pediu respeitosamente para que o Presidente da Comissão reconhecesse que errou. O Senhor Presidente Deputado Zé Reinaldo respondeu ao Senhor Deputado Brito Bezerra: “Eu não preciso dizer para você, porque você é formado e eu não, estou no sétimo período.” O Senhor Deputado Brito Bezerra disse: “Eu sei, mas não pode colocar em votação”. O Senhor Deputado Zé Reinaldo, continuando, disse: “Costume é válido como direito”. O Senhor Deputado Brito Bezerra, disse: “Os bons costumes, não os maus costumes”. Prosseguindo o Senhor Presidente colocou as Atas em Votação nominal, fazendo a chamada para votação: Deputado Ionilson Sampaio: Sim; Deputado Brito Bezerra: Não; Deputado Mecias de Jesus, esta ausente; Deputada Aurelina Medeiros: Sim; Deputado Gabriel Picanço: Não; Deputado Erci de Moraes: Sim; Deputado Soldado Sampaio: Não. O Senhor Presidente da Comissão Deputado Zé Reinaldo, constatou empate, tendo em vista que o resultado da votação obteve três votos sim e três votos não, desempatou com voto de qualidade: sim. Portanto, as Atas das reuniões anteriores foram aprovadas e a continuidade dos trabalhos por 04 votos sim e 03 votos não. O Senhor Deputado Soldado Sampaio: “Senhor Presidente, registre em Ata, por gentileza. Estou me retirando da Comissão e estou entrando com mandado de segurança amanhã contra a Casa. Infelizmente, Senhor Presidente, vou lançar mão da via judicial para suspender a Sessão que não tem a devida validade. Senhor Presidente, estou me retirando não compactuo com o desmando que está acontecendo, não tenho o porquê em seguir pressão de palácio, o que está acontecendo aqui é pressão do palácio que é aprovar uma Lei sem entendimento da sociedade”. O Senhor Presidente informou ao Senhor Deputado Soldado Sampaio que o Palácio já tinha outro Governador, e que a Comissão não está cedendo à pressão do Palácio, já existe um novo Governador, e informou que tudo será consignado em Ata. O Senhor Deputado Soldado Sampaio: “Só quero que registre a minha retirada da Comissão também o meu posicionamento que aleguei claramente, li o artigo 54, em relação ao qual eu disse que esta Comissão não tem validade para funcionamento, que não obedeceu o Regimento Interno desta Casa”. O Senhor Presidente, Zé Reinaldo informou ao Senhor Deputado Soldado Sampaio, que será concedido o seu pedido e solicitou ao setor de taquigrafia a inserção de toda palavra do Deputado Soldado Sampaio,

e encerrou a discussão. O Senhor Deputado Gabriel Picanço, pedindo pela ordem: “Pela ordem, Senhor Deputado Zé Reinaldo, pela ordem, peço a Vossa Excelência que também me retire, eu estou me retirando, me renunciando dessa Comissão, que não faço mais parte também, vou acompanhar o Deputado Soldado Sampaio.” O Senhor Deputado Brito Bezerra, com pedido de questão de ordem, observou que o Superintendente Legislativo, desta Casa, Dr. João de Carvalho encontrava-se na reunião, se reportou ao mesmo dizendo: “Isto aqui está virando uma baderna: tira gente, bota gente. Seu João por favor, oriente o Presidente. Isso aqui não está funcionando como uma Casa Legislativa, Presidente, Senhores e Senhoras Deputadas nós estamos sendo exposto ao ridículo”. O Senhor Presidente da Comissão retomando a palavra, solicitou ao líder da bancada de Oposição, Deputado Brito Bezerra, que diante da retirada dos nomes dos dois Deputados da Comissão Membros de oposição a indicação de seus substitutos. O Senhor Deputado Brito Bezerra, atendendo a solicitação do Presidente da Comissão Deputado Zé Reinaldo, indicou os Senhores Deputados: Flamarion Portela e Diego Coelho, para substituir os Senhores Deputados Soldado Sampaio e Gabriel Picanço. O Senhor Deputado Zé Reinaldo, se reportou ao Senhor Deputado Flamarion agradecendo sua participação, disse ter certeza que o mesmo vai colaborar muito com a discussão junto com o Senhor Deputado Diego Coelho, que tem a mesma competência para discutir e orientar, para que a Comissão desenvolva um trabalho dentro do devido direito legal e devido respeito à sociedade, sem precisar ser obediente a meia dúzia de pessoas que não querem o bem do seu Estado, e sim o seu bem próprio e pessoal. O Senhor Presidente Deputado Zé Reinaldo, às 23h. 10Min. suspendeu a reunião pelo tempo necessário para que a Assessoria da Casa elaborasse a Resolução com a nova composição da Comissão e determinou ao Setor de Taquigrafia registrar a atitude do Senhor Deputado Soldado Sampaio com relação ao desrespeito a esta Comissão no momento em que rasgou o Regimento Interno desta Casa, bem como, à Corregedoria da Casa para tomar as devidas providências. Às 23h. e 20min., retomando os trabalhos o Senhor Presidente informou à Comissão que os Senhores Deputados Soldado Sampaio e Gabriel Picanço quanto à solicitação dos mesmos em continuar fazendo parte da Comissão, e que a Presidência da Comissão acata suas solicitações, tendo em vista que os Senhores Deputados já estudaram a Proposição. Dessa forma a Comissão concorda com a permanência dos Senhores Deputados Soldado Sampaio e Gabriel Picanço que tiraram da Mesa seus pedidos de renúncia da Comissão. A palavra foi concedida pelo Presidente da Comissão ao Senhor Deputado Jalsler Renier explicou segundo sua filosofia, ninguém quer tirar mérito da situação nem da oposição, e esta não é uma Casa de ataques, de intrigas nem de guerra e, ao perceber a ausência do Senhor Deputado Francisco de Sales Guerra Neto, naquele momento, sugeriu a todos que se encontravam no Plenário sobre a intenção de fazer uma Audiência Pública com todos os segmentos na segunda-feira, entende que é o mais prudente..... (conversas paralelas, inaudível) retomando a fala, o Senhor Deputado Jalsler Renier, informou à Comissão que a proposta do Senhor Deputado Marcelo Cabral seria escolher duas pessoas da Comissão, dos Setores Organizados, que acompanham o trabalho desta Comissão, incluir essas pessoas na mesa de discussão para analisar Emenda por Emenda. A Comissão vota e, em momento oportuno, vai para votação do Plenário. O Senhor Presidente Deputado Zé Reinaldo, pediu atenção dos demais Membros da Comissão para informar a decisão que foi negociada com o Presidente da Assembleia Legislativa, Representantes da UNIRR, da OAB/RR: A formação de uma Comissão com três Membros, juntamente com a oposição. Informou que ficou decidido que segunda-feira a OAB/RR analisar e a matéria, e terça-feira, às dez horas, a Comissão se reunirá com os demais convidados citados. O Senhor Presidente reforçou a aprovação das duas Atas das reuniões anteriores e convocou para próxima, terça-feira, dia 08/04/14, às 10h, na Sala de Reuniões nos altos do Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas para discutir a Proposta de Emenda Constitucional nº 001/14 e em seguida o Projeto de Lei nº 009/14, ambos de autoria do Poder Executivo. Constatada a inviabilidade do horário a reunião foi transferida para às 15h, no mesmo local. De imediato o Senhor Presidente Deputado Zé Reinaldo, convocou os Senhores Membros para a referida reunião. **ENCERRAMENTO:** Às vinte e três horas e trinta e cinco minutos, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, e para constar, eu, Márcia Brito Wanderley, Secretária, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação.

Deputado Zé Reinaldo
 Presidente da Comissão.